

5a. Sessão Ordinária do 3º Ano Legislativo da 5a. Legislatura,
realizada em 10 de abril de 1979

PRESIDÊNCIA - Sr. Carlos Gomes

Sra. Ruth de Carvalho Dártora

SECRETARIA - Sr. Aparecido Corrêa de Campos

Sr. Névio Luiz Aranha Dártora

- Às vinte horas, em primeira chamada, verificando-se o comparecimento dos Srs. Vereadores Carlos Gomes, Ruth de Carvalho Dártora, Aparecido Corrêa de Campos, Assis Crema, Dércio Passin, Hugo Pereira da Silva, João Henrique de Macedo, Mário Della Torre, Nelson Manzanares e Névio Luiz Aranha Dártora, assume a Presidência o Sr. Carlos Gomes.

- Ausente o Sr. Benedicto Lopes de Campos.

O SR. PRESIDENTE - Em face da ausência do nobre vereador Benedicto Lopes de Campos, convido o nobre edil Aparecido Corrêa de Campos, 2º Secretário, a assumir a 1a. Secretaria. Convido, igualmente, o nobre vereador Névio Luiz Aranha Dártora a assumir a 2a. Secretaria.

Havendo número legal, "sob a proteção de Cristo", declaro aberta a 5a. Sessão Ordinária, do 3º Ano Legislativo, da 5a. Legislatura da Câmara Municipal de Caieiras.

Passemos à apreciação das Atas.

- São postas em discussão e aprovadas as Atas da Sessão Especial, de 12 de dezembro de 1978, da Sessão Solene em comemoração ao 20º aniversário de emancipação política e legislativa do Município de Caieiras, da 18ª Sessão Extraordinária, de 19 de dezembro de 1978 e da 19ª Sessão Extraordinária, de 26 de dezembro de 1978.

O SR. PRESIDENTE - Temos o Ofício nº 217/79, do Sr. Prefeito, que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Lê):

"Informa o senhor Prefeito, ao Vereador João Henrique de Macedo Mendes, que foi aberta Ordem de Serviço de nº 84-79, para atender à solicitação do nobre Edil através de Indicação nº 09/79.".

- São postas em discussão e aprovadas as Atas da Sessão Especial, de 12 de dezembro de 1978, da Sessão Solene em comemoração ao 20º aniversário de emancipação política e legislativa do Município de Caieiras, da 18ª Sessão Extraordinária, de 19 de dezembro de 1978 e da 19ª Sessão Extraordinária, de 26 de dezembro de 1978.

O SR. PRESIDENTE - Temos o Ofício nº 217/79, do Sr. Prefeito, que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Lê):

"Informa o senhor Prefeito, ao Vereador João Henrique de Macedo Mendes, que foi aberta Ordem de Serviço de nº 84-79, para atender à solicitação do nobre Edil através de Indicação nº 09/79."

O SR. PRESIDENTE - O expediente ficará na Secretaria à disposição do nobre vereador João Henrique de Macedo Mendes.

Ofício nº 216/79, a ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Lê) :

"Informa o senhor Prefeito, ao Vereador Aparecido Corrêa de Campos, que foi aberta Ordem de Serviço de nº 73-79, para atender à solicitação do nobre Edil através da Indicação nº 08/79.".

O SR. PRESIDENTE - À Secretaria para as devidas providências.

Ofício nº 206/79, do Sr. Prefeito, que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Lê):

"Informa o senhor Prefeito, ao Vereador João Henrique de Macedo Mendes, que foi aberta Ordem de Serviço nº 87-79, para atender à solicitação do nobre Edil através de Indicação nº 10/79.".

O SR. PRESIDENTE - À Secretaria para as devidas providências.

Ofício nº 35/79, da Associação Paulista dos Municípios, que também será lido pelo Sr. 1º Secretário.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Lê):

"Informa aquela Associação que no dia 19/03/79, deu posse à "Comissão Especial para Investigar o Esvaziamento Financeiro dos Municípios", presidida pelo Senador Orestes Quercia.".

O SR. PRESIDENTE - À Secretaria para as devidas providências.

Ofício nº 221/79, do Chefe do Executivo, a ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Lê):

"Informa o Prefeito, ao Presidente da Câmara Municipal sr. Carlos Gomes, que através deste ofício encaminha o BALANÇO desta Municipalidade, relativo ao exercício de 1978.".

O SR. PRESIDENTE - À Secretaria para as devidas providências.

Srs. vereadores, temos em mãos vários ofícios de câmaras municipais e de prefeituras de nosso Estado, comunicando a formação de novas mesas diretoras, bem como agradecendo a nossa comunicação. Esses ofícios ficarão na Secretaria à disposição dos nobres edis.

Não havendo mais matéria no Expediente, passaremos, imediatamente, ao Pequeno Expediente.

- Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra o primeiro orador a inscrever-se para falar, nobre edil Aparecido Corrêa de Campos.

O SR. APARECIDO CORRÊA DE CAMPOS - Sr. Presidente e nobres colegas, no Pequeno Expediente gostaria de fazer um pedido aos meus colegas de bancada, bem como aos membros da ARENA,

para que juntos elevemos os nossos pensamentos a Deus, para que através de uma corrente de pensamento possamos atingir o progenitor de um vereador desta Casa que se acha enfermo, e que os guias e os espíritos de luz possam ser portadores desta nossa intenção. Não importa quem seja, se é vereador da situação ou da oposição, importa que este vereador certamente está com o seu coração partido por ver o seu genitor no leito de dor. Então, que os nossos companheiros elevem os nossos pensamentos a Deus, e que este senhor seja atingido por esta nossa intenção, esteja onde estiver.

Sr. Presidente, tenho em mãos a Indicação nº 32/79, a qual passarei a ler.

(Lê):

"Indico a Vossa Excelência, na forma regimental, seja oficiado ao senhor Prefeito Municipal sugerindo-lhe que tome as devidas providências no sentido de ser adquirida uma máquina retro-cavadeira.". (a) Aparecido Corrêa de Campos - Vereador.

Tenho ainda uma outra propositura, a Indicação nº 31/79, do seguinte teor:

(Lê):

"Indico a Vossa Excelência, na forma regimental, seja oficiado ao senhor Prefeito Municipal solicitando-lhe que envie ' a esta Casa um Projeto de Lei dispendo sobre revogação da Lei Nº 585, de 17 de Abril de 1969.". (a) Aparecido Corrêa de Campos - ' Vereador.".

O SR. PRESIDENTE - Deferidas as indicações de V.Exa.

Com a palavra o nobre edil Assis Crema.

O SR. ASSIS CREMA - Desisto da palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Tem a palavra o nobre vereador Dêrcio Pasin.

O SR. DÉRCIO PASIN - Sr. Presidente e nobres colegas, inicialmente quero agradecer as palavras do nobre par Aparecido, relativamente ao estado de saúde de meu pai. Fui visitá-lo ainda no dia de hoje, e infelizmente o seu estado de saúde não é nada dos melhores. Se aqui compareço não é por ordem financeiras, mas por um dever. Se a minha presença no hospital viesse fazer com que o seu estado de saúde melhorasse ele ficaria pelo tempo necessário. No entanto, aqui temos responsabilidades, e aconselhado pelo meu próprio pai, dada a natureza dos projetos em pauta, aqui vim para cumprir com o meu papel, muito embora não esteja com o meu estado de espírito costumeiro e preparado para os debates. Vamos enfrentar esta sessão da melhor maneira possível para cumprir com a nossa obrigação.

Sr. Presidente e nobres pares, temos a Indicação nº 33/79, embora por antecipação já saibamos da aprovação quase que certa de um projeto que tramita nesta Casa e que deverá ser aprovado hoje, mas a bancada da ARENA elaborou a seguinte propositura:

(Lê):

"Indicamos a Vossa Excelência na forma regimental, seja oficiado ao Prefeito Municipal solicitando um re-estudo no aumento concedido aos funcionários, através do Projeto de Lei nº 1351/79. (aa) Bancada da ARENA."

Por ora é só, Sr. Presidente. Voltarei posteriormente para tecer alguns comentários sobre outros problemas.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra o nobre edil Hugo Pereira da Silva.

O SR. HUGO PEREIRA DA SILVA - Desisto da palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Tem a palavra o nobre vereador João Henrique de Macedo Mendes.

O SR. JOÃO HENRIQUE DE MACEDO MENDES - Sr. Presidente, tenho a Indicação nº 34/79, que passarei a ler.

(Lê):

naõ encontrada no Arquivo

Sr. Presidente, já sabemos que o atual Prefeito, as sim como ex-prefeitos de nosso município, já pediram rede de esgoto para todos os bairros de nossa cidade, mas como se diz na gíria, um puxão de orelha nunca é demais, ou mesmo um alerta, e é o que estou fazendo com esta minha indicação com referência ao bairro do Serpa. Este é um dos bairros mais antigos de nosso município, e até hoje não tem este tão necessário melhoramento. Te nho uma indicação, já do ano passado, com referência ao esgoto da Rua Santo Antônio, onde morava o nosso ex-presidente Savério. Pelo que estou ciente o problema não foi resolvido até hoje, ape sar de ser sabedor que a resposta da SABESP sobre o caso tenha vindo com algumas esperanças, dizendo que aquela rua estava incluída no projeto da SABESP da Grande São Paulo, onde pertencemos.

Sr. Presidente, espero do eminente e dinâmico dirigente desta Casa, vereador Carlos Gomes, os seus préstimos para solucionar este grave problema de saneamento de nosso município, já que todos sabemos que o bairro do Serpa é um dos mais antigos de nosso município, é um pr dos primeiro, e deve ter a atenção de V.Exa., Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Deferida a sua indicação. A Presidência tomará as providências para fazer chegar sua reivindicação ao Sr. Prefeito.

O SR. JOÃO HENRIQUE DE MACEDO MENDES - Sr. Presidente, quero aproveitar a ocasião para agradecer ao Sr. Prefeito por ter respondido às minhas indicações da sessão passada. Assim é que deve ser, não por motivo político, mas com trabalho. São as Indi cações nº 9 e 10. Este vereador sempre trabalhou em prol do nosso município, esquecendo a parte política.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Tem a palavra o nobre Vereador Mário Della Torre.

O SR. MÁRIO DELLA TORRE - Sr. Presidente e nobres colegas, tenho a Indicação nº 29/79, do seguinte teor:

(Lê)

"INDICO a Vossa Excelência na forma regimental, seja ofi - ciado ao senhor Prefeito Municipal, solicitando-lhe a nomeação de uma Comissão Técnica a fim de apurar o motivo porque a linha de elevada diferença de potencial passa sobre as propriedades construídas na Avenida Geni Góes de Moraes. (a) Mário Della Torre - Vereador.".

Sr. Presidente, queria responder a uma indagação do nobre colega Macedo, no intuito de colaboração. Hoje rodamos o bairro do Serpa, juntamente com o engenheiro da SABESP, dando-nos informações, e vendo a falta de esgoto em várias ruas, sentindo de perto a necessidade daquele local. Ele nos pediu mais um tempinho para solucionar o problema. Agradeço a colaboração e o empenho com que vem trabalhando o nobre par Macedo. V.Exa. pode observar que estamos lá com a operação limpeza, anotando todas as falhas e as providências que devem ser tomadas.

O SR. JOÃO HENRIQUE DE MACEDO MENDES - Agradeço ao líder da bancada do MDB, fiquei muito grato, pois já é uma providência a mais tomada por S.Exa.

O SR. MÁRIO DELLA TORRE - Muito obrigado.

- Assume a Presidência a Sra. Ruth de Carvalho Dártora.

A SRA. PRESIDENTE - Com a palavra o nobre edil Nelson Manzanares.

O SR. NELSON MANZANARES - Desisto da palavra, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE - Tem a palavra o nobre vereador Névio Luiz Aranha Dártora.

O SR. NÉVIO LUIZ ARANHA DÁRTORA - Dispensar a palavra, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE - Tem a palavra o nobre vereador Carlos Gomes.

O SR. CARLOS GOMES - Sr. Presidente e nobres colegas, trago a esta Casa o Requerimento nº 25/79.

O SR. NELSON MANZANARES - (Pela Ordem) - Sra. Presidente, concordo plenamente com a decisão da Presidência de oferecer a palavra ao nobre edil Carlos Gomes, mesmo que não seja em ordem alfabética. Quero só que se caracterize um precedente para que to dos possam usar do mesmo privilégio.

O SR. CARLOS GOMES - A Presidência informa que chamou V.Exa. e V.Exa. dispensou a palavra. Portanto, no Pequeno Expediente não há oradores inscritos, e a Presidência está fazendo como fazem todas as câmaras municipais do Brasil.

O SR. NELSON MANZANARES - Deve ser por ordem alfabética.

O SR. CARLOS GOMES - A Presidência está fora desta ordem alfabética.

O Requerimento nº 25/79 tem o seguinte teor:

(Lê):

"REQUEIRO a Vossa Excelência na forma regimental, seja consignado na Ata de nossos trabalhos um VOTO DE PESAR pelo passamento do senhor EDUARDO ALFIER MANZANARES, ocorrido dia 30 de março último.(a) Carlos Gomes - Vereador."

Apresento ainda a Indicação nº 30/79.

(Lê):

"Indico a Vossa Excelência na forma regimental, seja oficiado ao senhor Prefeito Municipal, para que através dos órgãos competentes, determine a terraplenagem na Travessa Presidente Kennedy, localizada no Jardim São Francisco. (a) Carlos Gomes Vereador.".

Trago ainda uma outra indicação, nos seguintes termos:

(Lê):

"Indico a Vossa Excelência na forma regimental, seja oficiado ao senhor Prefeito Municipal, para que através dos órgãos competentes, determine estudos urgentes, para a instalação em nosso município de um estabelecimento de ensino em nível superior.(a) Carlos Gomes - Vereador.".

A SRA. PRESIDENTE - Deferidas as proposituras de
V.Exa.

- O Sr. Carlos Gomes reassume a Presidência.

O SR. PRESIDENTE - Não havendo mais oradores para falar no Pequeno Expediente, passaremos, para logo, ao Grande Expediente.

- Passa-se ao

GRANDE EXPEDIENTE

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra o nobre edil Aparecido Corrêa de Campos.

O SR. APARECIDO CORRÊA DE CAMPOS - Desisto da palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Tem a palavra o nobre vereador Assis Crema.

O SR. ASSIS CREMA - Sr. Presidente e nobres colegas, o que me traz a esta tribuna é sobre um projeto que foi aprovado por esta Casa dias atrás, relativamente à remodelação da Praça Santo Antônio, que hoje tanta confusão faz na nossa cidade a

respeito do trânsito. Acredito que ninguém conhece, ninguém sabe como ~~deve~~ deve fazer sobre o trânsito. Além de tudo, há a responsabilidade dos que mudam o trânsito, pois todas as cidades procuram tirar o trânsito de perto de uma escola que atende cerca de um mil e quinhentos alunos. Infelizmente, em nossa cidade todo o trânsito é jogado em frente a uma escola, arriscando a vida das crianças. Ali na escola, há anos atrás, da quarta série em diante havia quase adultos, de onze ou doze anos; hoje temos nesta escola crianças de sete a dezoito anos, ou dezenove anos. A única via, graças à administração bem feita de meu colega Nelson Manzanares, ali existente, era uma via excelente, era a praça, era o passeio dos estudantes. Esta via já tem o nome: Avenida dos Estudantes. Esta avenida hoje está completamente sem ser dos estudantes, e agora pertence aos ônibus em cima de ônibus, aos carros em cima de carros, às carretas pesadas. Acredito que o Sr. Prefeito conheça a avenida, mas para quem não a conheceu, devo dizer que esta parte toda era um brejo, que com tanto sacrifício, com tanta luta do digno prefeito daquela época foi feito ali uma verdadeira praça, com o calçamento para os nossos estudantes passearem, deliciarem-se. Hoje foi tirada esta praça de nossos estudantes, não há mais Avenida dos Estudantes. Não sei se o problema pertence à Comissão de Trânsito, mas gostaria que houvesse alguma indicação, ou que alguém que representasse esta Comissão, que não conheço, fizesse alguma coisa. Sei apenas que aquilo está uma lástima verdadeira, com o trânsito na frente do colégio, tudo por uma questão de teimosia, tudo por uma questão do vereador querer aprovar tudo que o Prefeito manda para cá, aprovando um projeto para remodelar a Praça Santo Antônio, interditando uma rua principal do trânsito e colocando uma fonte luminosa no meio da rua.

O SR. MARIO DELLA TORRE - Concordo com V.Exa. no sentido de que atrapalha as crianças, que era um passeio. Eu também passo por ali e igualmente sinto o drama daquelas crianças, mas

o Sr. está um pouco precipitado pelo seguinte: estamos em fase experimental e ninguém disse que vai ficar em definitivo aquele trânsito ali. Estamos experimentando. Não sei se V.Exa. notou que fechamos parte da cantina, mais para cima. Digo nós porque é global, mas não sou eu, há o sargento, cujo nome não sei, e o Sr. José da Prefeitura. Não é definitivo, é a título experimental.

O SR. ASSIS CREMA - Aceito sua resposta, mas não concordo com ela. Quando foi pedido para se fazer uma experiência na Praça Santo Antônio, os Srs. afirmaram que a experiência seria feita antes de aprovar-se o projeto. Infelizmente, quinze dias depois o projeto voltou nas mesmas condições e não foi feita experiência nenhuma. Não sei se a título precário ou definitivo, mas vejo a tremenda barbaridade do trânsito ali. É nojento chegar-se em Caieiras e ver o que está acontecendo. Coloquem a mão na consciência e vejam se é possível colocar o trânsito como foi feito.

O nobre colega Aparecido disse desta tribuna que para fazer a mudança do trânsito era preciso planejar e arrumar a entrada da Guadalajara. Os Srs. não concordaram, foi feita imediatamente a mudança, e está prejudicando a escola.

O SR. JOAO HENRIQUE DE MACEDO MENDES - V.Exa. tem toda a razão. O Sr. Presidente da Casa e o nobre colega Aparecido deram razão a nós, pois retiraram o projeto para estudos e não fizeram nenhuma experiência.

O SR. MARIO DELLA TORRE - Estão fazendo.

O SR. NÉVIO LUIZ ARANHA DÁRTORA - A mudança de itinerário de ônibus é uma faca de dois gumes. V.Exa. tem razão de certa forma, mas aqui mesmo antes de começar a sessão fui procurado por um munícipe e por professores da escola estadual que pediram que não mudássemos o itinerário. Estou dizendo o que o munícipe me falou. Então, acredito que haja um pouco de falta de estudos para o itinerário dos ônibus, porque ele favorece a muitos alunos.

V.Exa. há de concordar comigo.

O SR. ASSIS CREMA - Concordo que favoreça os alunos, mas quem estudo ali não sabe o que é a avenida. Dentro de dois meses não teremos mais a Avenida dos Estudantes. Aquilo ali é um brejo e com o trânsito pesado que os senhores jogaram ali em dois meses não teremos condições de passar naquele local. Por enquanto estamos sem chuvas, mas quando chover os senhores verão. As próprias pedras minam o terreno. Ali não há condições de receber aquele trânsito.

O SR. NÉVIO LUIZ ARANHA DARTORA - Concordo com V.Exa., e sugiro ao líder do MDB e ao Presidente que estudem os itinerários que servam os estudantes de Vera Terezinha, e que se remodele a entrada da Avenida Guadalajara.

O SR. ASSIS CREMA - V.Exa. recebeu a visita de um município. V.Exa. esqueceu-se que este município mora ao lado do colégio e ele nunca teve necessidade de passar de ônibus, descer na cantina e subir. Ele não está fazendo um pedido em nome dos alunos ou dos professores, mas sim em nome próprio. Vejam que este elemento veio pedir aos senhores entendi e perfeitamente que é para favorecimento de si próprio, pois ele reside neste local e não veio pedir para aluno nenhum. Ele só colocou os alunos e professores a critério ele. Está-se prejudicando uma cidade para favorecer um elemento, que se chama Antônio Palandi.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra o nobre vereador Dércio Pasin.

O SR. DÉRCIO PASIN - Sr. Presidente e nobres colegas, o assunto não poderia ser outro a não ser o trânsito. Dias atrás fui procurado por munícipes e um deles proferiu a seguinte frase: quem foi este idiota, quem foi este burro que fez este desvio de trânsito.

sito em nossa cidade?

Lamentavelmente, e por questão de ética, disse-lhe que com relação à aprovação daquele projeto a bancada da ARENA havia lavado as suas mãos, porque quando da entrada daquele projeto nesta Casa ficamos até a meia noite discutindo a matéria e pedindo aos nobres edis do MDB que antes de aprovar a matéria colocassem o plano em fase experimental, sugerindo até que antes de deslocar a fonte luminosa para o centro da Rua Armando Pinto colocassem ali alguns latões, desviando o trânsito para ver o que aconteceria. Naquela sessão os vereadores do MDB concordaram conosco e retiraram o projeto, e até se comprometeram a fazer a referida experiência. Ocorre que o projeto foi colocado na pauta novamente, e nenhuma experiência foi feita, sendo este vereador alvo de chacota pela sugestão de colocar-se os latões.

O nobre colega Mário Della Torre diz que está em fase de experiência, mas o projeto já foi aprovado, a fonte luminosa já foi demolida para colocá-la no centro da Armando Pinto. Pergunto como ficará?

O SR. MÁRIO DELLA TORRE - Também não disse que vamos continuar pela Avenida dos Estudantes. Temos a Guadalajara, que os Srs. sugeriram. Estamos estudando a solução pela Guadalajara.

O SR. DÉRCIO PASIN - Quando estudou-se a construção da Avenida dos Estudantes, que era um brejo, dispensou-se todo o carinho ao problema, e ela foi feita com o leito carroçável estreito para que os veículos que por ali trafegassem não tivessem condições de desenvolver excesso de velocidade. No seu miolo foi feito um calçadão, que era o único centro de lazer de nossa cidade. Mas, o trânsito foi desviado, o movimento de Caieiras cresceu muito. Mais cedo ou mais tarde haverá um acidente com os estudantes daquela escola. Fui conversar com o Sr. Licínio com relação à demolição da fonte luminosa de frente de sua casa, e ele disse que não pediu nada, e que estava até satisfeito. Crisciuna, cujo projeto foi aprovado anos atrás, foi aprovado com ruas estreitas.

Não temos as ruas condizentes com o tráfego de hoje. O pessoal que sobe pela Armando Pinto tem que virar noventa graus para entrar na Guadalajara, e os veículos pesados encontrarão dificuldades para fazer a conversão.

O SR. ASSIS CREMA - A Rua Armando Pinto é somente mão para descer. Ao lado da igreja há duas ruas só para descer, nenhuma para subir. Todas as ruas descem a Guadalajara e nenhuma sobe.

O SR. DÉRCIO PASIN - Pedimos para que se estudasse o problema com carinho, mas não fomos atendidos. O projeto foi aprovado. Os Srs. poderiam fazer a experiência sem a aprovação do projeto. Os Srs. não tiveram paciência para fazer a experiência. Agora, aí estão as mães de família preocupadas, procurando-nos para falar sobre a segurança de seus filhos.

A Avenida dos Estudantes que era uma área de lazer hoje está praticamente inutilizada para esta finalidade, porque o trânsito de veículos ali é violento e não há condição daquelas crianças ficarem sem a guaridade de seus pais. Vejam o transtorno causado. Ficamos até meia noite aqui, pedimos a paciência dos Srs., e não fomos ouvidos. Quando chegar uma projeto aqui que tenha dúvida, os Srs. devem ouvir a minoria e dar um prazo para colocar a idéia em experiência, para depois aprovar o projeto. Hoje a situação está concretizada e nos valem da situação, porque todo mundo vem em cima do vereador e dizemos ao povo que ficamos aqui até meia noite, cumprimos o nosso papel, mas por sermos minoria não podemos fazer nada. Assim sendo, deixo aqui o meu protesto, faço questão que seja consignado em ata, pois este desvio de trânsito é um problema crucial para Caieiras.

Um outro assunto, Sr. Presidente, é que gostaria que constasse em ata um voto de louvor aos Srs. João Facki, Aristides Mirelles, Antônio Rui, Antônio Gerino, José Gerino, Pedro da Silva, Hi

lário Teixeira da Silva e à Sra. Maria Meneghini, que foram agraciados com a aposentadoria depois de longo tempo prestando serviços ao nosso município. Eles bem o merecem.

Um outro assunto que desejo abordar diz respeito à indicação do nobre colega Mário Della Torre com relação à Rua Geny de Moraes, e parece que para a solução daquele problema o Sr. Prefeito solicitou tempos atrás crédito especial, foi dado o crédito e até hoje não vimos a solução. A Câmara Municipal de Caieiras deu o crédito, mas não vimos a providência CESP.

Sr. Presidente, voltarei oportunamente a esta tribuna para abordar um assunto que vi domingo último no programa "Fantástico", e que será alvo de meu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra o nobre vereador Hugo Pereira da Silva.

O SR. HUGO PEREIRA DA SILVA - Sr. Presidente e nobres colegas, desisto de fazer uso da palavra.

O SR. PRESIDENTE - Tem a palavra o nobre edil João Henrique de Macedo Mendes.

O SR. JOAO HENRIQUE DE MACEDO MENDES - Sr. Presidente e nobres pares, quero deixar aqui os meus agradecimentos ao Presidente desta Casa, vereador Carlos Gomes, ao líder da situação, colega Mário Della Torre, ao nosso líder, vereador Dércio Pasin, e enfim a todos os demais colegas por tecem acatado a minha opinião, ou seja, por ter deixado de votar na sessão passada no Projeto de Lei nº 1.337, que versava sobre a Vila Angélica, no bairro das Laranjeiras. Naquela ocasião abstive-me de votar, alegando um direito constitucional, e li a respeito uma votação do Congresso Nacional. Agora, para confirmar o que aleguei vou ler uma votação da Câmara Federal verificada no dia 5 do corrente. Quero aproveitar a oportunidade para

pedir ao caro Presidente para ser incluído no nosso Regimento es se artigo da Constituição, que dá o direito de abstenção, a meu ver legítimo, e necessário.

Ficaria muito grato se fosse lido este artigo.

(Lê): " Por duas vezes em duas votações secretas, a Câmara dos Deputados negou, ontem, solicitações do Supremo Tribunal Federal para processar Francisco Pinto (MDB-BA), baseadas em ~~queixa~~-crimes formuladas por Delfim Neto e Carlos Alberto de Andra de Pinto, este assessor do atual ministro da Agricultura.

Na representação de Delfim Neto, o plenário da Câmara, por 259 votos contra 85 e 11 abstenções, negou licença para o processo de Chico Pinto. Na segunda votação - ~~queixa~~-crime do economista e auxiliar de Delfim Neto - a licença foi negada por 253 votos contra 87 e 7 abstenções".

Vejam que o Congresso Nacional faz abstenções. Por que não podemos fazer?

O SR. PRESIDENTE - Segundo o Regimento Interno da Casa o vereador presente não pode deixar de votar, porém nada impede que os vereadores, quando assim entenderem, se retirem do plenário e será considerado pela Presidência ~~abstenção~~.

O SR. JOÃO HENRIQUE DE MACEDO MENDES - Muito obrigado. Peço a V.Exa., mais uma vez, que faça o estudo necessário para a inclusão desta abstenção.

Sr. Presidente, um outro assunto é com referência ao prédio ao lado da Câmara, que foi construído na gestão do ex-prefeito, Padre José, e que tinha a finalidade de ser ocupado pela Delegacia de Ensino Regional, mas no momento está sendo ocupado pe la Casa Paroquial. Em sessão passada já reclamei providência com a finalidade de ser entregue à Secretaria da Educação o referido prédio. O Sr. Presidente e o atual líder do Sr. ~~Pr~~ Prefeito ficaram de dar uma resposta ao meu reclamo, mas até agora nada de concreto foi feito, a não ser a ocupação do referido prédio pela

famigerada URCASA, tão combatida por nós nesta Casa.

Um outro assunto, Sr. Presidente, diz respeito ao trânsito, referido por outros vereadores. Já está acostumado, mas volto a comentar.

O trânsito em nossa cidade já foi objeto de vários comentários de meus colegas, e mesmo por este vereador. Agora parece que a coisa está pior ainda. Não tenho carro, sou leigo no assunto, mas mesmo assim percebo que os responsáveis pelo setor não estão agindo certo. Tenho ouvido muitos comentários e mesmo protesto dos motoristas de nossa cidade. Nós, vereadores da ARENA, fizemos de tudo para que este trânsito não fosse modificado, e mesmo não fosse iniciada a falada reforma da Praça Santo Antônio, mas não fomos atendidos. O próprio líder da bancada do MDB nos deu razão, retirou o projeto para estudos, levou quinze dias estudando e nem uma vírgula modificou.

O SR. MÁRIO DELLA TORRE - Nós também estamos batalhando para que o trânsito seja modificado, e vai ser modificado em nossa cidade, apenas poderá não ser concretizado na Avenida dos Estudantes, mas que vai ser modificado isto vai.

O SR. JOÃO HENRIQUE DE MACEDO MENDES - Sr. Presidente, vou concluir o meu pensamento.

Aí está a nossa razão, pois com aquela reforma teve que ser modificado todo o trânsito, e para pior. Esperamos que os responsáveis pelo trânsito de nossa cidade dêem uma solução nesse intrincado problema, pois conforme está não pode continuar. Parece mentira mas é verdade, já que a pessa de carro que vem do hospital de Franco da Rocha tem que dar a volta em quase toda a cidade para chegar. Até parece que a administração atual está fazendo política contrária à do governo federal, pois o nobre Presidente Figueiredo aconselha economiar petróleo e gasolina, aqui é o contrário, pois o Sr. Prefeito manda dar mais voltas para gastar mais petróleo.

mais combustível.

O SR. MARIO DELLA TORRE - Gostaria de combinar com V. Exa. e com os demais vereadores para que amanhã, se possível durante o dia porque à noite tenho um plantão, mas me comprometo a entrar em entendimentos com o Sr. Prefeito e dar uma corridinha, aproveitando a idéia dos Srs., para modificação do trânsito. O projeto de reestruturação da praça já foi modificado, mas o desvio do trânsito temos outra saída.

O SR. JOÃO HENRIQUE DE MACEDO MENDES - Agradeço o seu aparte e mas não aceito a opinião. Isto, porque discutimos por quatro horas o projeto e este vereador tentou modificar a opinião da bancada do MDB para não fazer a reforma. Disseram que o Sr. Licínio reclamava de infiltração de água na casa dele. Conversei com ele e ele disse que nunca reclamou, e que o Prefeito num comício prometeu que modificaria a praça, tendo-a modificado realmente. V. Exa. quer dar uma voltinha, mas devia dar ouvidos ao que que dizia na discussão do projeto, ou seja, devia-se estudar bem o problema.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Tem a palavra o nobre vereador Mário Della Torre.

O SR. MARIO DELLA TORRE - Dispensó a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra o nobre vereador Nelson Manzanares.

O SR. NELSON MANZANARES - Sr. Presidente e nobres colegas, antes de mais nada, para quem nos assiste hoje possa ter uma idéia da formalização da modificação do trânsito que Caleiras teve, devemos retroceder há três sessões anteriores.

O projeto foi apresentado de forma definitiva: o Prefeito pura e simplesmente queria fazer um calçadão defronte de sua casa, e em continuação, fechando a Av. Armando Pinto e complementando o calçadão ao lado da casa paroquial para formalizar assim uma praça de lazer. Entendo que seria válida a idéia se eliminando uma das poucas ruas que temos transversais em Caeiras, pudesse oferecer vasão para os veículos de todas as espécies que por ali transitam. Esta avenida que vai ser enforcada solenemente é a Avenida Armando Pinto, que é a que recebe o maior fluxo de trânsito em nosso município. Naquela ocasião todos os vereadores da ARENA solocaram-se não contra a reformulação da Praça Santo Antônio, contra a praça de lazer, mas colocaram-se contra aquela reforma de forma imediatista. E, conseguimos provar ao nobre Presidente desta Casa, ao líder do MDB e ao ilustre vereador Aparecido, que por ~~ao~~ muito tempo participou da Comissão de Trânsito desta cidade, de que antes de qualquer conjuntura, antes de qualquer observação mais efetiva a respeito desta modificação, uma experiência deveria ser feita para que se soubessem os resultados. Argumentamos que seria uma cretinice de alto estilo se colocassem a fonte luminosa no meio da Av. Armando Pinto para ver se depois daria resultado. Sugerimos que se fizesse uma barricada, fechando a Av. Armando Pinto, e o Sr. Prefeito, mercê de seus dotes espirituais de diretor de trânsito, formalizasse o trânsito por onde achasse conveniente, para que entendesse depois que era válida a perspectiva. ¶ Feito isto, conseguimos apesar da insignificante minoria que representamos nesta Casa, e a ARENA é uma minoria que só tem o direito de espernear e não de mandar, conseguimos atingir a sensibilidade dos vereadores do MDB. Eles retiraram o projeto. Pela primeira vez na história desta Legislatuva o MDB entendeu que era uma aventura perigosa e que ela mereceria, na pior das hipóteses, desgraçadamente, uma experiência: retiraram o projeto.

Qual não foi a nossa surpresa quando na sessão seguinte, convocados que fomos, recebemos o projeto de volta na Ordem

Dia, sem qualquer modificação e sem qualquer experiência. E, o projeto foi aprovado. O mal maior foi feito.

Então, o que está acontecendo em Caieiras hoje é qualquer coisa inédita nos anais de nossa cidade, porque todos escutam de todos que por aqui passam os maiores xingamentos com respeito à administração, à qual por apêndice pertencemos, lamentavelmente. Bem disse o nobre colega Dércio Pasin, corroborado pelas palavras dos dignos pares Assis Crema e João Henrique de Macedo, que aquela Avenida dos Estudantes já foi feita com uma finalidade quase específica que seria, antes de Setúbal fazer os calçadões em São Paulo, já estávamos fazendo uma nossa modesta cidade um calçadão que chamamos de Avenida dos Estudantes, que era para tranquilizar o trânsito naquela passagem como via secundária. Vejam que ela não foi feita para dispersar o tráfego pesado, mesmo porque quando o Jardim Santo Antônio foi formalizado aquela avenida foi considerada imprestável. Tínhamos uma pista pequena, de cinco metros de largura, para que não se andasse no barro. Aquilo foi feito em rua provisória, somente com o tráfego leve correspondente a uma rua secundária.

O SR. ASSIS CREMA - O nobre colega tem razão, porque ainda hoje há o problema da água nos barrancos.

O SR. NELSON MANZANARES - Exatamente, antes não tinha nem o chamado "minhoquinha". Para fazer uma variante fomos obrigados a propiciar uma condição de tráfego que antes não existia, pois era um monte de terra e não havia condições nem de ir ou vir e tivemos que fazer um estanque, rebaixar uma via, levantar a outra, para dar condições de trânsito. Isto para servir de rua secundária, porque uma comissão de trânsito pedida pela Prefeitura, e cedida pela antiga Diretoria de Serviço de Trânsito de São Paulo, hoje DSV, veio a Caieiras e trabalhou arduamente durante uma semana, trabalhou com as plantas nas mãos, fiscalizando, e entende

ram que a única condição que tinha Caieiras para suportar um tráfego normal, o tráfego da época e que não pode sofrer modificação hoje, seria a de admitir duas transversais para subir, paralelas, e duas transversais para descer, paralelas também. As duas primeiras são a Armando Pinto e a Ambrosina Carmo Leite, e as para descer seriam a José do Carmo Leite e a João Dártora. Isto, porque infelizmente até agora a Av. 14 de Dezembro não foi aberta até o seu final.

Tudo que estão fazendo aí é o tipo de brincadeira de criança. Antes de formalizar uma brincadeira deste tipo, desta natureza, teriam que entender pelo menos que a nossa vocação de colaboração, a vocação dos vereadores da ARENA foi no sentido de colaborar e não de prejudicar. No entanto, pensaram de forma diferente, ou seja, vamos fazer e ver se deu certo depois. E, se não der certo, como é que fica?

Então, hoje para fazer um calçadão em frente à casa do Prefeito eliminamos a única área de lazer que existe na cidade, e que é a Av. dos Estudantes, que foi formalizada para ter iluminação central, arborização e inclusive música. Aqueles postes são musicais. Esta era a intenção, fazer uma área de lazer da Av. dos Estudantes, mas hoje ela está sendo usado como uma via preferencial. Então, sugerimos ao Sr. Prefeito que fizesse um calçadão, desde a cantina até ao Banco Bandeirantes, porque aquela área vai ficar totalmente inutilizada. Nunca vi na minha vida a hipótese de uma cidade sem contexto de circulação poder desprezar aquela avenida, que é a avenida principal de Caieiras. não vai haver condição nenhuma. De forma que, estamos sofrendo problemas sérios, todo mundo sabe disto agora. Imaginem quando aquela roda amarela, que está representando a fonte luminosa na Av. Armando Pinto, for a fonte mesmo. Aí então, meus senhores, vai ser o caos.

Eu peço que o bom senso funcione.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra o nobre vereador Nêvio Luiz Aranha Dártora.

O SR. NÉVIO LUIZ ARANHA DÁRTORA - Desisto da palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Tem a palavra a nobre edil Ruth de Carvalho Dártora.

A SRA. RUTH DE CARVALHO DÁRTORA - Dispensou a palavra, Sr. Presidente.

- A Sra. Ruth de Carvalho Dártora assume a Presidência.

A SRA. PRESIDENTE - Tem a palavra o nobre edil Carlos Gomes.

O SR. JOAO HENRIQUE DE MACEDO MENDES (Pela ordem)- Sra. Presidente, o nobre colega Presidente da Casa disse que seria por ordem alfabética. Ele chama-se Carlos, letra "C", portanto, e vai falar agora no lugar da letra "S". Que negócio é este?

O SR. NELSON MANZANARES -(Pela ordem) - Sra. Presidente, somente para criar precedente, pois na verdade o Sr. Presidente da Casa deve usar da ordem alfabética, de acordo com o Regimento que os Srs. focalizaram e aprovaram, e quando chegar na vez dele ou ele se substitui na Presidência e faz uso da palavra, ou ele dispensa a palavra. Então, quero só que conste da ata para transformar em precedente, para que a gente possa usar também da palavra em ordem alfabética se julgarmos conveniente.

O SR. PRESIDENTE - A explicação já foi dada há cinco minutos atrás.

Tem a palavra o nobre edil Carlos Gomes.

O SR. CARLOS GOMES - Posteriormente responderei à questão de ordem de V.Exa.

Sr. Presidente e nobres colegas, ouvimos aqui as palavras de vários oradores a respeito do trânsito em Caieiras. Realmente, falar-se em trânsito é algo que mexe com a população, mexe com as autoridades, e sempre vamos ter gente que será prejudicada e gente que receberá com bons olhos as modificações efetuadas. Vemos pelos jornais, pela tevêlisão, pelo rádio, contínuas críticas, ataques ao diretor de trânsito de São Paulo, Sr. Scaringela, porque lá se mexe no trânsito quase que diariamente e muita gente se vê prejudicada. É o que está acontecendo presentemente em Caieiras. Estamos acostumados, desde os nossos avós, que o trânsito em Caieiras passa pela Av. Dr. Armando Pinto, a primeira avenida a ser aberta em Caieiras. Estamos acomodados e consciente que esté é o único caminho viável. E, acomodados que somos, bom bons brasileiros, não admitimos mudanças, principalmente quando a mudança é de estrutura. Na verdade, o que se pretende fazer é dar mais uma área de lazer. Muito bem disse o nobre colega Nelson Manzanares: a única área de lazer é a Av. dos Estudantes. Criou-se ali um calçadão central, o qual está sendo utilizado. Ninguém desmanchou o calçadão para fazer uma pista. Estamos usando a lateral que S.Exa. construiu. Pretende o Chefe do Executivo dar mais uma área de lazer à população cansada, e cujo tempo necessário para o descanso é apenas o fim de semana, e terá mais uma área de lazer com música, arborização e tudo o mais. Sabemos que isto vem causar um desassossego para algumas pessoas, mas, pergunto, será que é a maioria? Isto vem trazer alguma coisa de bom, e vimos e ouvimos hoje pessoas elogiando a atitude tomada no nosso colégio, o único de segundo grau em nossa cidade e que serve aos muitos bairros do nosso município, serve a estudantes de Franco da Rocha, de Barueri, a estudantes até de cidades mais afastadas. Eles viram com bom grado esta nova mudança.

Sabemos, de outro lado, que em Caieiras não dispomos de todos os professores para dar todas as matérias, e que há necessidade do concurso de professores de São Paulo. Ora, esses mesmos professores na semana passada, quando choveu, usaram do ônibus que passa em frente ao colégio, os alunos de Verã Tereza usaram do ônibus que passa em frente ao colégio, os alunos de Laranjeiras, também, usaram do ônibus que passa em frente ao colégio. Toda aquela população foi beneficiada, porque é muito cômodo ter ônibus na frente de sua casa. Se isto vem trazer alguma intranquilidade à noite, com a perda de algumas horas de sono, os moradores da Arman do Pinto também estão perdendo.

O SR. JOÃO HENRIQUE DE MACEDO MENDES - V.Exa. disse que deveria ser feita outra praça de lazer. Concorde com V.Exa., mas há muitos lugares outros além daquele. Não há necessidade de se descobrir um santo para se vestir outro. O local está errado.

O SR. CARLOS GOMES - Dizer que há outros lugares, realme há, e as administrações que por aqui passaram não se deram ao luxo de conseguir uma área para que a Prefeitura pudesse fazer isto. Hoje, a administração atual tenta implantar em nosso município escolas, parques infantis e outros melhoramentos públicos indispensáveis à nossa população, havendo necessidade de desapropriação, e logo em seguida sobem os Srs. vereadores da ARENA dizendo que há uma enxurrada de desapropriações em nossa cidade. Nenhum dos Srs. que passaram por esta administração se deram ao trabalho de dar uma área de lazer à nossa população, não quiseram se dar ao trabalho sequer de construir um parque infantil em nossos bairros.

O SR. NELSON MANZANARES - É aquela história: sempre achei que V.Exa. casa pela cartilha de Maquiavel.

O SR. CARLOS GOMES - Aprendi com V.Exa.

O SR. NELSON MANZANARES - Não, não aprendeu comigo, eu é que estou aprendendo com V.Exa.

Não tem cabimento V.Exa. querer justificar que os ôni- bus beneficiam a população estudantil parando em frente ao colé- gio. Imaginem a volta que o ônibus dá, quando esses alunos andan- do cerca de duzentos metros pegam o ônibus na volta, na avenida.

O SR. CARLOS GOMES - Isto seria muito cômodo em condi- ções normais, mas não em dias de chuva, quando isto não é o me- lhor caminho. V.Exa. realmente não sabe disto porque dispõe de carro e de toda a comodidade que um veículo particular pode ofere- cer, o que infelizmente com a maioria dos estudantes não ocorre.

Dizer que estamos fazendo que se gaste mais gasolina, ora, o próprio prefeito de São Paulo faz calçadas no centro da cidade e proíbe a entrada de carros. Sabemos que hoje para ir ao cen- tro da cidade temos que dar várias e várias voltas, arriscando-nos a tomar muitas e muitas multas. Isto também está em desacordo com o governo federal?

O SR. JOAO HENRIQUE DE MACEDO MENDES - Temos que se- guir os bons exemplos, e não os maus exemplos.

O SR. CARLOS GOMES - V.Exa. acha isto um mau exemplo?

Então, o prefeito de São Paulo foi um mau exemplo, é V.Exa. que está dizendo. A população de São Paulo não está de acor- do com V.Exa. Eu vou pela maioria, não por alguns.

O SR. JOAO HENRIQUE DE MACEDO MENDES - Acontece que no trânsito de Caieiras, como disse o nobre colega Nelson Manzanares, as ruas são apertadas, com pouca metragem, e não se justifica dar esta tremenda volta para chegar-se ao hospital de Caieiras e ao cartório.

O SR. CARLOS GOMES - O caso ora discutido, do trânsito, virá beneficiar os nossos estudantes que moram nos bairros, e que

dispõem de pouco tempo para dormir, têm que conciliar o tempo do trabalho e para frequentar a escola, esses estudantes têm que dormir um pouco à noite, e passando o ônibus ali na época de chuvas eles não precisarão novamente molhar-se para ir ao colégio. É lógico que esta mudança de ônibus deve ser estudada, e peço à comissão de trânsito que realmente estude o problema, mas peço também que deixe passar o ônibus na Av. dos Estudantes, porque os estudantes de nossos bairros, os estudantes que moram em Franco da Rocha, em Perus necessitam de condução ali em frente ao colégio, e os professores que se locomovem de São Paulo até aqui não podem ficar andando até a estação para pegar o trem, e o ônibus passando em frente ao colégio realmente é uma coisa benéfica que podemos fazer.

O SR. JOÃO HENRIQUE DE MACEDO MENDES - V.Exa. fez uma defesa muito bonita. Por que V.Exa. não defendeu o projeto na primeira vez que o projeto veio para cá? V.Exa. deu razão à banca da da ARENA e retirou o projeto para estudos. O líder da bancada do MDB retirou o projeto.

O SR. CARLOS GOMES - Eu não sou mais o líder da bancada do MDB. V.Exa. sabe muito bem disto, está nesta Casa desde o começo e portanto tem perfeito conhecimento disto.

O SR. JOÃO HENRIQUE DE MACEDO MENDES - O nobre colega Mário Della Torre, como líder do MDB, retirou o projeto para estudos. V.Exa. deveria defender naquela época, e não agora.

O SR. CARLOS GOMES - Parece-me que o orado que está na tribuna chama-se Carlos Gomes e não Mário Della Torre.

Sr. Presidente, quero abordar um outro assunto, bastante grave.

O Sr. Prefeito recebeu um ofício do Departamento de Estradas e Rodagem nos seguintes termos:

(Lê):

anexar xerox do ofício

(não encontrei tal ofício)

Vejam bem que há o ofício do Departamento de Estradas de Rodagem pedindo a demolição dos abrigos de ônibus que estão sendo construído nas estradas de rodagem em Caieiras. Não temos bem em mente, mas estes abrigos vieram em decorrência de uma indicação do nobre colega Assis Crema e do novre edil Nêvio, solicitando um abrigo em frente à fábrica da Melhoramentos. Agora, o Sr. Prefeito recebe um ofício do DER solicitando a sua demolição. É constrangador, e temos que discordar disto, porque sabemos perfeitamente que aquela via está dentro do perímetro urbano e o DER tenta interferir com a nossa autonomia municipal.

O SR. DERCIO PASIN - Veja como o passar dos tempos nos dá razão. Quando o Sr. Prefeito, através de projeto aprovado nesta Casa, solicitou que fosse ~~por~~ passada para a Prefeitura a conservação do trecho Laranjeiras até Vera Tereza, nós procuramos alertar aos Srs. justamente sobre isto. Está em ata. O Prefeito estava comprando uma briga, dissemos, estava assumindo a responsabilidade da conservação. A jurisdição, que pedimos fosse inclusa no projeto, ficou a cargo do DER, que agora faz esta solicitação. Alertamos aos Srs. que se fizesse o projeto na íntegra.

O SR. CARLOS GOMES - Realmente passou por esta Casa o pedido de autorização para transferir a estrada de rodagem à Prefeitura. Contudo, até hoje este convênio não foi assinado, portanto, a Estrada Velha de Campinas pertence ao domínio de posse do DER, que queria nos passar somente a conservação, com o que não concordou o Sr. Prefeito porque não se justifica termos um gasto enorme sem podermos fazer as modificações necessárias e imprescindíveis naquela via de acesso, já que os acidentes de trânsito que ali acontecem são qualquer coisa de extraordinário.

Devemos estudar bem esta passagem da estrada de rodagem à Prefeitura para que este problema seja sanado, já que não é possível que um Departamento de Estradas tente interferir na autonomia de nosso município. Acredito que o Sr. Prefeito não deixará, e esta Casa tem a obrigação de defender os interesses do município.

- O Sr. Carlos Gomes reassume a Presidência.

O SR. PRESIDENTE - Com relação à questão de ordem do nobre vereador João Henrique de Macedo Mendes, a Presidência in forma que está aberto o precedente regimental, e que o Presidente poderá fazer uso da palavra após a palavra dos demais vereadores.

O SR. NELSON MANZANARES - (Pela ordem) - Não é somente o Presidente o beneficiado pelo precedente, mas também qualquer vereador. O precedente abrange toda a coletividade. Posso dispensar a palavra na ordem alfabética e exigí-la depois. O precedente é para todos, ou V.Exa. vai abrir um precedente somente para V.Exa.?

O SR. PRESIDENTE - V.Exa. pode dispensar a palavra. Não foi o que ocorreu com a Presidência.

O SR. NELSON MANZANARES (Pela ordem) - Então, V.Exa. tem que dispensar na hora que chegar a sua letra. V.Exa. é letra "C".

O SR. PRESIDENTE - Está respondida a questão de ordem de V.Exa.

O SR. NELSON MANZANARES - Isto é irregular.

O SR. PRESIDENTE - Está respondida a questão de ordem.

O SR. NELSON MANZANARES - Está errado e tenho o direito de reclamar.

O SR. PRESIDENTE - A Presidência pede a V.Exa. que se contenha.

Passaremos agora à Ordem do Dia.

- Passa-se à

ORDEM DO DIA

O SR. PRESIDENTE - Apreciaremos em primeiro lugar os projetos em discussão única.

-1) Discussão única do Projeto de Lei nº 1348/79, de autoria do Prefeito Municipal, dispondo sobre abertura de crédito especial.

O SR. PRESIDENTE - Temos o Ofício nº 239/79, do Sr. Prefeito, que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Lê):

(não encontrei tal ofício nos arquivos)

O SR. PRESIDENTE - Através deste ofício o Sr. Prefeito pede a retirada do Projeto de Lei nº 1348/79. Conforme o disposto regimental, o projeto já foi submetido a plenário.

Assim, está em discussão o ofício de retirada do Sr. Prefeito. (Pausa). Ninguém desejando fazer uso da palavra, está encerrada a discussão. Está em votação. Os Srs. vereadores que forem favoráveis à retirada do projeto, permaneçam como se encontram. (Pausa). Retirado o Projeto de Lei nº 1348/79.

Passemos ao item seguinte.

- 2) Discussão única do Projeto de Lei nº 1350/79, de autoria do Prefeito Municipal, dispondo sobre a disciplina de serviços e obras da Prefeitura através de O.S.

O SR. PRESIDENTE - Este projeto é do conhecimento dos nobres edis. Assim, consulto o plenário se podemos dispensar a sua leitura. (Pausa). Dispensada a leitura, o Sr. 1º Secretário lerá o parecer da Comissão de Justiça.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Lê):

"PARECER DA COMISSÃO DE JUSTIÇA - FAVORÁVEL à aprovação do Projeto de Lei nº 1350/79. (a) Ruth de Carvalho Dártora - Relatora.".

- Entra em discussão, e é sem debate aprovado, o parecer da Comissão de Justiça ao Projeto de Lei nº 1350/79.

- Os Srs. Dércio Pasin e Assis Crema votaram contra a aprovação do parecer da Comissão de Justiça.

O SR. PRESIDENTE - Em discussão o Projeto de Lei nº 1350/79.

O SR. DÉRCIO PASIN - Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra o nobre edil Dércio Pasin.

O SR. DÉRCIO PASIN - Sr. Presidente e nobres colegas, o motivo que me levou a votar contra o parecer da Comissão de Justiça, e que votarei contra a presente propositura, é que acho que este tipo de projeto é um tanto ou quanto absurdo, porque o mesmo dá obrigações aos funcionários que já as tem. Temos um outro projeto na Ordem do Dia no qual os funcionários municipais, na grande maioria, exceto os pequenos e humildes servidores, os menos favorecidos estão excluídos, mas a maioria receberá polpudos vencimentos.

Ora, os funcionários municipais têm obrigação de executar, de exercer os serviços que lhes forem oferecidos pelos seus chefes ou elementos do poder. Assim sendo, aparece agora a aplicação de multa ao funcionalismo público municipal, coisa que francamente nunca vimos. Temos o nosso estatuto, e se o funcionário não estiver correspondendo temos a advertência, a suspensão, até a disponibilidade do servidor, mas aplicar-se multas ao funcionário, e francamente, acho isto um absurdo, mesmo porque poderá haver até a perseguição política para determinados funcionários.

Portanto, acho um absurdo esta Casa aprovar este projeto, porque o funcionalismo público municipal tem por obriga-

ção de cumprir com o seu dever, não precisa sofrer imposição de lei. Acho absurda a multa para o pai de família, que poderá ter os seus vencimentos diminuídos com as multas. Temos o nosso estatuto para ser aplicado se o funcionário não estiver correspondendo, temos as advertências, e até mesmo a colocação em disponibilidade, mas a aplicação de multas é um verdadeiro absurdo.

Assim, Sr. Presidente, solicitamos aos vereadores da bancada do MDB que analisem com o maior carinho este projeto. Esta proposição adentrou nesta Casa na sessão passada, recebemos a cópia na tarde de hoje e não tivemos tempo de estudá-lo bem, e assim nos vimos na obrigação de fazermos uma rápida pincelada a respeito e dizer porque votaremos contra, já que por apenas dois artigos consideramos o projeto absurdo. É mais uma matéria que vem de afogadilho a esta Casa. Solicitamos desta forma ao MDB, aos seus membros, que os projetos que entrem nesta Casa tenham o prazo de quarenta dias. Temos o projeto de hoje que está com o prazo para o dia vinte de abril e deverá ser aprovado neste espaço de tempo.

Assim, de antemão somos contrário à aprovação deste projeto, porque o consideramos irregular.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. NELSON MANZANARES - Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE - Tem V. Exa. a palavra.

O SR. NELSON MANZANARES - Sr. Presidente e nobres colegas, o digno par Dércio Pasin abordou de forma sucinta, mas real, a projeção do que o Chefe do Executivo pretende. Existe no caso duas conjunturas a serem analisadas. A primeira, a parte técnica, porque na ~~real~~ verdade sobram razões ao colega Dércio. O estatuto dos funcionários públicos já permite, em todos os seus itens, em todos os seus quadrantes, a ação do poder público, o estatuto já diz quais são os deveres e obrigações do

funcionalismo público municipal, e em outra escala hierárquica o estatuto dos funcionários públicos estadual e federal também tem as obrigações e deveres do funcionário. Todavia, como disse o nobre colega Dércio Pasin, o projeto vem a esta Casa de afogadilho, não dando tempo nem sequer de ser estudado. A cópia deste projeto chegou-me às mãos hoje à tarde, mais precisamente agora às sete horas da noite, mas deu tempo de ler. Antes de caracterizar a parte da perseguição que possa usar o Prefeito com este instrumento político, nos dá uma idéia da bagunça que grassa na Prefeitura de Caieiras.

O Sr. Prefeito não tem mais condições de administrar coisíssima alguma. Ele não consegue nem mesmo o que seria elementar, ou seja, conseguir ditar as suas ordens e elas serem obedecidas. Então, vem correndo à Câmara Municipal pedir uma espada para combater eventuais funcionários relapsos.

Isto somente bastaria para enquadrar naquele segundo aspecto que me proponho analisar: a triste figura do atual Prefeito, que não pode controlar os seus comandados, não tem autoridade nenhuma para fazer valer as suas ordens de serviço chamadas O.S. neste projeto. Dá a impressão até de uma sigla suástica. Então, vem aqui pedir que lhe ofereçamos um instrumento de violência contra os seus funcionários, aplicando-lhe diminuição nos seus vencimentos como se isto fosse legal, como se isto fosse constitucional. Basta só isto para que fique caracterizada a incúria do poder administrativo e do cavalheiro da triste figura. Isto, porque se de um lado o projeto é absolutamente inconstitucional, de outro lado nos deixa intranquilos com este resto de mandato, porque estamos percebendo que o Prefeito não manda mais em ninguém, percebemos que o Prefeito não consegue nem mesmo controlar as rédeas da administração, e vem se escudar numa lei desta Casa para punir funcionários que não estejam atendendo às suas ordens de serviço.

Pergunto: quais seriam estas ordens de serviço? "O Sr. capine aquela rua em quarenta e oito horas". Se o indivíduo não fizer isto terá um rebaixamento no seu salário. Isto dá a idéia

da aberração de ordem legal que veio a esta Casa. É apenas uma das aberrações, porque outras vieram e continuarão a vir, porque, lamentavelmente, esta é a grande verdade, nunca tivemos nesta cidade alguém tão dotado de senso nenhum como o atual Prefeito. Seria difícil controlar a administração cuidando-se com critérios de serviço público, observando o andamento destes serviços. Estas ordens de serviço não têm sido cumpridas? Se têm sido cumpridas a administração está bem, se não têm sido cumpridas a administração está mal. E, por que não cumprem as ordens de serviço do Prefeito? Precisa ele vir buscar um punhal para ferir os seus subalternos. É um absurdo inconcebível.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

- A Sra. Ruth de Carvalho Dártora assume a Presidência.

A SRA. PRESIDENTE - Continua em discussão o Projeto de Lei nº 1350/79. (Pausa). Ninguém mais desejando fazer uso da palavra, está encerrada a discussão. Está em votação. Os Srs. Vereadores que aprovam o projeto, queiram permanecer como se encontram. (Pausa). Aprovado o Projeto de Lei nº 1350/79, com os votos contrários dos Srs. Nelson Manzanares, Dércio Pasin e Assis Crema.

- 3) Discussão única do Projeto de Lei nº 1352/79, de autoria do Prefeito Municipal, dispondo sobre colocação de um médico à disposição do Lar Ethel Hooke.

O SR. MÁRIO DELLA TORRE (Pela ordem) - Sra. Presidente, peço vista deste projeto.

O SR. CARLOS GOMES (Pela ordem) Sra. Presidente, o nobre líder do MDB retira o seu pedido de vista.

A SRA. PRESIDENTE - Deferido.

Há um parecer da Comissão de Justiça ao Projeto de Lei nº 1352/79, que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Lê):

"PARACER DA COMISSÃO DE JUSTIÇA - FAVORÁVEL à aprovação do Projeto de Lei nº 1352/79. (a) Ruth de Carvalho Dártora - Relatora.".

- Entra em discussão, e é sem debate e aprovado, o parecer da Comissão de Justiça ao Projeto de Lei nº 1352/79.

A SRA. PRESIDENTE - Existe também um parecer da Comissão de Finanças, a ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Lê):

"PARECER DA COMISSÃO DE FINANÇAS - FAVORÁVEL à aprovação do Projeto de Lei nº 1352/79. (aa) Comissão de Finanças.".

- Entra em discussão, e é sem debate aprovado, o parecer da Comissão de Finanças ao Projeto de Lei nº 1352/79.

- O Sr. Carlos Gomes reassume a Presidência.

O SR. PRESIDENTE - Em discussão o Projeto de Lei nº 1352/79.

O SR. DÉRCIO PASIN - Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Tem a palavra o nobre edil Dércio Pasin.

O SR. DÉRCIO PASIN - Sr. Presidente e nobres colegas, venho à tribuna apenas por uma questão de interpretação do Regimento, de que neste caso não se fez prevalecer a maioria nesta Casa. Vimos perfeitamente que o nobre colega Mário Della Torre, líder do MDB, por um lapso, pediu vista do projeto. Este pedido foi deferido pela nobre Presidência, e depois o nobre colega Carlos Gomes, sem ouvir o nobre par Mário Della Torre, pediu a retirada do pedido verbal do vereador. A Presidência acabou, mais uma vez retificando a posição anterior, mantendo o projeto na pauta. Achemos que deve prevalecer a decisão do Presidente da Casa e a interpretação regimental. Se amanhã ou depois a bancada do MDB vier por um lapso votar contra, os Srs. na própria sessão acabarão retificando uma coisa que não é válida. Assim, para a bancada da ARENA este projeto foi retirado da Ordem do Dia, e peço que não considere o nosso voto, porque para nós este projeto foi retirado.

O SR. PRESIDENTE - O nobre líder do MDB pediu a retirada por um requerimento verbal, perfeitamente regimental, do presente projeto. Em seguida, a situação foi reconsiderada e pediu-se a retirada do requerimento verbal, deferido pela Presidência. Nestas con-

dições, a Presidência não tinha deferido o primeiro requerimento.

Portanto, continua em discussão o Projeto de Lei nº 1352/79. (Pausa). Ninguém desejando fazer uso da palavra, está encerrada a discussão. Está em votação. Os Srs. vereadores que desejarem fazer uso da palavra, queiram permanecer como se encontram. (Pausa). Aprovado, com o voto contrário do Sr. edil Assil Crema.

- 4) Discussão única do Projeto de Lei nº 1353/79, de autoria do Prefeito Municipal, dispondo sobre a instalação de um serviço Médico-Odontológico nas dependências do prédio da Câmara Municipal.

- O Sr. Mário Della Torre requer, e a Casa concede, suspensão da sessão por cinco minutos, para reunião da bancada do MDB.

- É suspensa a sessão, sendo reaberta cinco minutos depois.

O SR. PRESIDENTE - Em discussão o Projeto de Lei nº 1353/79.

O SR. MÁRIO DELLA TORRE (Pela ordem) - Sr. Presidente, peço vista do presente projeto.

O SR. PRESIDENTE - O pedido de V.Exa. é regimental, e portanto eu o defiro.

O SR. NELSON MANZANARES (Pela ordem) - Sr. Presidente, para que conste também como precedente, os pedidos de retirada, de vista, não vão depender mais de votação, de acordo com a decisão de V.Exa.

O SR. PRESIDENTE - O artigo 51 do Regimento Interno cuida de requerimentos, pedidos ao Presidente, pedidos verbais, como este do nobre vereador Mário Della Torre. Portanto, não se trata de um precedente regimental, mas de um disposto regimental, que foi votado pelas bancadas da ARENA e do MDB.

O SR. JOÃO HENRIQUE DE MACEDO MENDES - V.Exa. não está cumprindo o direito, o certo, porque quando a bancada da ARENA pede a retirada V. Exa. coloca em votação e rejeita.

O SR. PRESIDENTE - V.Exa. está equivocado, pois nesta legislatura a ARENA não fez nenhum pedido de vista.

Devo ainda esclarecer que os pedidos de retirada ficam a critério da Presidência, de acordo com o artigo 151, da Consolidação do Regimento Interno.

- 5) Discussão única do Projeto de Lei nº 1354/79, de autoria do Prefeito Municipal, dispondo sobre recebimento, em doação, de placas alusivas de clubes de serviços e dando outras providências.

O SR. PRESIDENTE - O parecer da Comissão de Justiça ao presente projeto será lido pelo Sr. 1º Secretário.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Lê):

"PARECER DA COMISSÃO DE JUSTIÇA - FAVORÁVEL à aprovação do Projeto de Lei nº 1354/79.".

- Entra em discussão, e é sem debate aprovado, o parecer da Comissão de Justiça ao Projeto de Lei nº 1354/79.

O SR. PRESIDENTE - Há, por igual, parecer da Comissão de Finanças, a ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

O SR. 1º SECRETARIO (Lê):

"PARECER DA COMISSÃO DE FINANÇAS - FAVORÁVEL à aprovação do Projeto de Lei nº 1354/79.".

- Entra em discussão, e é sem debate aprovado, o parecer da Comissão de Justiça ao Projeto de Lei nº 1354/79.

- Entra em discussão, e é sem debate aprovado, o Projeto de Lei nº 1354/79.

O SR. PRESIDENTE - Passemos agora aos projetos em segunda discussão.

- 1) Segunda discussão do Projeto de Lei nº 1306/78, de autoria do Prefeito Municipal, dispondo sobre autorização para instalação de um Tiro de Guerra.

O SR. DÉRCIO PASIN - Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DÉRCIO PASIN - Sr. Presidente e nobres colegas, com referência a este projeto, contra o qual já tive o prazer de votar na sessão passada, neste lapso de tempo, desde a sessão passada até agora, já recebemos a visita de inúmeros jovens de nossa cidade que nos perguntam se é verdade que esta Casa faria aprovar um projeto de lei que viria prejudicá-los em termos de futuro. A resposta que davamos aos mesmos era que se dependesse da bancada da ARENA este projeto seria rejeitado, pois de maneira alguma iríamos prejudicar os jovens moradores desta localidade. Assim, como temos a oportunidade de mais uma votação na sessão de hoje, solicitamos aos Srs. vereadores do MDB que votem contra este projeto, o qual virá prejudicar em muito os nossos jovens. Sabemos perfeitamente que o município de Caieiras é privilegiado, pois os seus jovens têm apenas o alistamento militar e não vão fazer o que chamamos de "servir". Assim, se instalarmos aqui o serviço de Tiro

de Guerra, a nossa cidade ficará em polvorosa, pois sabem muito bem o que é o movimento de jovens, principalmente servindo o nosso glorioso Exército. Assim, nestes momentos que antecedem a votação, ~~se~~ solicitamos aos vereadores do MDB que analisem, estudem e votem contra este projeto, que virá prejudicar os nossos jovens, como disse, em termos de futuro.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. NELSON MANZANARES - Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Tem a palavra o nobre edil Nelson Manzanares.

O SR. NELSON MANZANARES - Sr. Presidente e nobres colegas, depois de Júlio Verne, de Santos Dumont, dos Irmãos White e de tantos outros inventores, acredito que o Prefeito de Caieiras seja um daqueles que se inventou perfeitamente nesta nobilíssima missão de inventar coisas. Na verdade, existe uma legislação federal que de há muito determinou ao derredor de São Paulo, nas suas circunvizinhanças, o que se chamou tradicionalmente de cinturão verde. Nestes ~~uma~~ municípios que circulam São Paulo, por decreto federal, os jovens estão isentos da prestação do serviço militar. Todos sabemos que é uma honra para qualquer jovem, de dezesse para dezoito anos, servir o glorioso Exército Nacional. Mas, ocorre que o governo federal se antecipou e prescreveu normas que até hoje estão sendo religiosamente atendidas. Temos Caieiras, Franco da Rocha, Francisco Morato, Barueri, Ibiúna, todos os municípios que circulam esta capital de São Paulo estão isentos da prestação do serviço militar por determinante ordem federal. Então, os Irmãos White, o Santos Dumont de Caieiras se arvora em modificador de critério adotado pelo governo federal e tenta implantar um tiro de guerra nesta cidade. Pergunto: não se conforma o Prefeito com o que determina o governo federal? Vai querer o Prefeito sobrepular as determinações hierarquicamente superiores, que são as determinações federais, ou o Sr. Prefeito está querendo oferecer

a figura do excelente brasileiro que não possa admitir aos jovens da periferia um privilégio que lhes foi dado pelo próprio governo federal? De formas que, isto é um absurdo, é procurar pêlo em ovo. Aí a invenção é demais; não dá para entender, com toda a franqueza de espírito, até onde pretende chegar o Sr. Prefeito. Não se concebe a instalação de um tiro de guerra aqui, quando os jovens têm que locomover-se para servir em outras regiões. Vamos admitir que Caieiras não estivesse incluída neste cinturão verde, nesta área, onde não se exige o serviço militar, vamos admitir que em Caieiras o serviço militar fosse obrigatório, e que os jovens daqui tivessem que servir em Piquete, em Lorena e em tantos outros quartéis espalhados pelo nosso imenso Brasil, e nestas condições, sim, entenderia que o Prefeito para atender aos interesses dos novos jovens instalasse aqui o tiro de guerra, porque não precisaríamos mandar para tão longe os nossos filhos. Mas, é o contrário, não dá para entender. Os jovens de Caieiras estão isentos deste serviço e o Prefeito quer obrigá-los a servir o Exército. Acho que nem o Presidente Figueiredo vai entender esta.

Muito obrigado.

- Ninguém mais desejando fazer uso da palavra, é encerrada a discussão. Posto em votação, é aprovado o Projeto de Lei nº 1306/78.

-Os Srs. João Henrique de Macedo Mendes, Nelson Manzanares, Dércio Pasin e Assis Crema votaram contra o Projeto de Lei nº 1306/78.

O SR. PRESIDENTE - Passemos aos itens seguintes da pauta de trabalho.

- 2) Entra em segunda discussão, e é sem debate aprovado, o Projeto de Lei nº 1344/79, de autoria do Prefeito Municipal, dispondo sobre nova redação do Artigo 14, da Lei nº 1.249, de 07 de Dezembro de 1978 e dando outras providências.

3) Entra em segunda discussão, e é sem debate aprovado,

- 3) Entra em segunda discussão, e é sem debate aprovado, o Projeto de Lei nº 1345/79, de autoria do Prefeito Municipal, dispondo sobre nova redação que se dá ao Parágrafo 2º do Artigo 12, da Lei nº 1192, de 05 de Julho de 1978.

- 4) Entra em segunda discussão, e é sem debate aprovado, o Projeto de Lei nº 1346/79, de autoria do Prefeito Municipal, dispondo sobre nova redação ao Artigo 4º e seu Parágrafo Único, da Lei nº 1079 de 19 de Maio de 1.977.

- 5) Segunda discussão do Projeto de Lei nº 1.351/79, de autoria do Prefeito Municipal, dispondo sobre o reajustamento de vencimentos e salários dos servidores municipais, cria cargos e modifica os anexos I e II dos artigos 11 e 16 da Lei nº 1.078, de 19 de Maio de 1977.

O SR. JOAO HENRIQUE DE MACEDO MENDES - Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. JOAO HENRIQUE DE MACEDO MENDES - Sr. Presidente e nobres colegas, nunca é demais repetir uma coisa que acho certa, é o caso deste projeto.

Este Projeto de Lei nº 1351/79 trata do aumento dos funcionários municipais. Vou destacar alguns dos comentários sobre este já discutido projeto.

Em primeiro lugar, existe a desigualdade nas percentagens do aumento entre os falados "barnabés" e os de melhores remunerações, em benefício destes. Em segundo lugar, os funcionários que se aposentarem ficarão com os mesmos vencimentos, quando o certo seria dar uma boa promoção a eles, conforme faz o Estado e a União, e especialmente a indústria e o INPS, como prêmio aos bons serviços prestados. Aqui, no caso trata-se da Prefeitura. Em terceiro lugar, os cargos que estão sendo criados no projeto, os artigos nºs 5º e 6º, - a bancada da ARENA sempre combateu a criação de cargos, a nosso ver desnecessários, o que vem aumentar em muito o já famigerado cabide de emprego da Prefeitura. Em quarto lugar, este vereador já disse em ocasiões passadas que a bancada da ARENA não é contra os aumentos dos senhores servidores, e sim é contra as injustiças contidas neste projeto. Em quinto, para aprovar este projeto peço ao nobre Presidente a votação de artigo por artigo, pois assim teremos condições de separar o joio do trigo, isto é, o ruim do bom. Em sexto lugar, e por último, para ilustrar o meu pensamento e evidenciar a nossa opinião a respeito do projeto em tela, evoco o testemunho de nosso Presidente, vereador Carlos Gomes, que está em palpos de aranha para fazer o aumento dos funcionários da Câmara Municipal, pois S.Exa. mesmo confessou que não sabe como começar nem como terminá-lo. Então, Sr. Presidente, V.Exa. vê que temos razões, V.Exa. é prova disto pois está com um problema a resolver e a solução é difícil, pois este projeto de lei não tem saída, não sabe o quantum de percentagem, não sabe nem como começar nem como terminar.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Devo esclarecer ao nobre vereador Macedo que até o momento não fizemos o projeto de lei de aumento do funcionalismo, o que deveremos fazer na próxima semana, com efeito

retroativo, vigorando a partir da mesma data do aumento da Prefeitura. Estamos estudando o problema de verba. O nosso problema é simplesmente de verba, problema que por certo não existe na Prefeitura.

Continua em discussão o Projeto de Lei nº 1351/79.

O SR. ASSIS CREMA - Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra o nobre edil Assis Crema.

O SR. ASSIS CREMA - Sr. Presidente e nobres colegas, sobre o Projeto de Lei nº 1351/79, há uns quinze dias atrás tive o prazer de votar contra, não contra o aumento do funcionalismo público, mas contra a injustiça cometida neste projeto. Os Srs. vejam bem: há desigualdades, pois os pequenos continuam menores e os grandes serão elevados, serão maiores. Fizemos hoje uma indicação lembrando estes pequenos que atingem de sete a vinte e sete por cento em diversas categorias, para ver se o Prefeito considera e acha que o pequeno também tem o direito de cozinhar o feijão pelo menos com sal e água. Do jeito que está este projeto, conversando com alguns funcionários, vi que não cabe outra coisa a não ser pedir o pão de três a quatro dias na padaria para poder comer e alimentar a sua família. A questão do funcionário pequeno é lamentável. Esperávamos que o pequeno funcionário pegasse cem por cento, o que seria justo, mas infelizmente aconteceu o contrário. Vejam bem que o funcionário da limpeza pública de São Paulo está lutando por cento e dois por cento, enquanto o Prefeito manda um projeto de lei à Câmara Municipal dando um nível de aumento de salário de vinte por cento. O Prefeito de São Paulo, analisando quem ganha bem com vinte por cento ficaria bom, e os pequenos ficariam satisfeitos com cento e doze por cento de aumento. Infelizmente, aqui é o contrário, pois o nosso trabalhador de rua perceberá de dezessete a vinte e sete por cento.

O SR. APARECIDO CORRÊA DE CAMPOS - Gostaria que V.Exa. me dissesse quanto está percebendo um funcionário de rua em São

Paulo.

O SR. ASSIS CREMA - Se eles estão com dois e duzentos atualmente, com cem por cento de aumento irão para quatro e quatrocentos.

O SR. APARECIDO CORRÊA DE CAMPOS - Desafio a V.Exa. para ver se até o final do ano os funcionários de Caieiras não estiverem com o mesmo ordenado de São Paulo.

O SR. ASSIS CREMA - Até o final do ano teremos nove meses e nestes nove meses os nossos funcionários ficarão com dois mil e oitocentos. Então, durante nove meses sofrerão o sacrifício.

O SR. NELSON MANZANARES - Nove meses é tempo mais do que suficiente para que todos morram de fome. O aumento deve ser feito agora e não daqui a nove meses para chegar aos quatro e quatrocentos cruzeiros. Nobre colega Assis Crema, congratulo-me com V.Exa. pela bela exposição que está fazendo. Antigamente fazia-se reajustamento de ordem inversa: começava-se a dar vinte por cento ao padrão maior, para chegar-se aos cem por cento no padrão menor. O Prefeito inverteu todos os valores. Embora lamentando a sorte dos funcionários de rua, devo lembrar que foram eles, a maioria deles, que elegeram o atual Prefeito, e estão agora recebendo o seu pagamento.

O SR. APARECIDO CORRÊA DE CAMPOS - É lamentável que o nobre colega Nelson Manzanares não se lembre da época em que S.Exa. foi Prefeito, quando mandou oitenta funcionários para a rua, os quais quase morreram de fome. Mas, os que estão na Prefeitura estão ganhando bem e poderão melhorar o seu salário.

O SR. ASSIS CREMA - Acredito que até o final do ano chegarão aos quatro e quatrocentos, mas daqui até lá não terão condições de comer um quilo de carne, nem talvez o feijão. Na minha casa são três pessoas: com dois mil e oitocentos não posso ir na

cooperativa e fazer a despesa para passar o mês. Agora, o trabalhador de rua da Prefeitura além da despesa necessária para o sustento de sua família tem que pagar o aluguel, a água, a luz, sem contar os impostos. Com este salário não acredito que haja alguém que tenha casa própria para morar, e se existir alguém é um herói, pois viver com dois mil e oitocentos só se for herói, merecendo os nossos parabéns. Gostaria de conhecer alguém que ganhe dois mil e oitocentos cruzeiros e esteja satisfeito. Se aparecer alguém nestas condições eu o levarei à televisão, à Rádio Record, e direi: aqui está um herói, pois mora em Caieiras, paga aluguel, paga tudo, todas as despesas, com apenas dois mil e oitocentos cruzeiros. É lamentável.

Se os Srs. derem duzentos por cento a estes funcionários eu votarei quantas vezes for necessário. Mas, como o projeto está, votarei contrário, não contra o aumento, mas sim contra a injustiça cometida para com os funcionários pequenos.

Tenho ainda uma reclamação em relação à mudança que o Sr. Prefeito pretende fazer em relação às ~~pre~~ merendeiras. Pretende o Chefe do Executivo retirar o tempo integral de oito ~~de~~ horas das merendeiras, de oito horas por dia, cortando o seu salário, não dando nada, ou dando vinte por cento para fazer quatro horas. Sabemos as dificuldades de quem trabalha quatro horas por dia para arranjar outra coisa para fazer. Em Caieiras não há condições de conseguir-se outro emprego. Em São Paulo talvez tenha esta condição de trabalhar quatro horas de manhã fazendo limpeza num lugar, e mais quatro horas à tarde em outro lugar. Mas, a pessoa que saísse do serviço aqui em Caieiras ao meio-dia chegaria em São Paulo depois das duas horas, e não haveria condições de fazer mais quatro horas em São Paulo.

Peço ao Prefeito que não ~~faça~~ faça isto, não coloque outra merendeira no lugar, deixe essas merendeiras continuarem a fazer oito horas por dia, porque elas mesmo cuidam de sua ~~e~~ cozinha.

Antigamente a cozinha da merenda era uma sopa que se fazia para distribuir para diversos alunos, como temos o caso do Walter que durante o dia distribui comida para novecentos e cinquenta alunos, porque os quatrocentos da noite não querem. Não adianta fazer, porque eles jogam fora, já que talvez jantem antes de ir ao colégio e não têm necessidade do risoto de arroz.

Gosto de ver a merenda escolar, fico feliz em ver a melhora que o Prefeito deu, mas mantenha estas merendeiras para que elas mesmo cuidem da cozinha para ver o que é uma cozinha de uma merenda em Caieiras. Sobre isto cumprimento a melhora do Prefeito, mas faça justiça com o salário, pois com o salário baixo é doloroso viver.

Permita-me a nobre colega Ruth de Carvalho Dártora dirigir-lhe a palavra, mas a Sra. tem uma bela família, com cinco ou seis filhos. Pergunto-lhe se a nobre colega com dois mil e oitocentos cruzeiros faria uma despesa para a sua casa? Nunca.

A SRA. RUTH DE CARVALHO DÁRTORA - Eles não ganham somente dois mil e oitocentos cruzeiros.

O SR. ASSIS CREMA - Mas, a Sra. sustentaria a sua família com dois mil e oitocentos cruzeiros? Refiro-me a V.Exa. porque de nossa equipe é a que tem o maior número de filhos, graças a Deus uma beleza de filhos.

É lamentável pagar dois mil e oitocentos cruzeiros.

Sr. Presidente, apelo ao bom senso dos nobres vereadores do MDB, ao bom senso do Prefeito: façam isto em benefício dos funcionários, dêem pelo menos cinquenta por cento do pedido por nós, que dá para ajudar, não para resolver o problema. De dezesseis para cinquenta por cento são trinta e três por cento a mais. Façam isto para ajudar, não para resolver o problema.

Er a o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. DÉRCIO PASIN - Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DÉRCIO PASIN - Sr. Presidente e nobres colegas, com referência ao projeto de lei em pauta, que votamos contrariamente na sessão passada, estamos aqui para confirmar o nosso voto contrário ~~as~~ pelas razões que expusemos nesta sessão, e por algumas ou tras que vamos acrescentar. Em primeiro lugar, trata-se de um proje to de aumento do nosso funcionalismo, e entre os seus vários arti- gos temos a criação de vários cargos, fato que a bancada da ARENA de antemão tem-se colocado contra. Em segundo lugar temos um exem- plo, ou seja, até parece que o Prefeito Municipal de São Paulo ou viu o nosso pronunciamento, pois na sessão passada dissemos aos no bres colegas e aos presentes que a bancada da ARENA propunha um au mento de cem por cento aos menos favorecidos, oitenta por cento pa ra os que tivessem um vencimento um tanto ou quanto razoável, para os que estivessem no meio, e sessenta por cento para os que ganhas- sem menos. Demos desta tribuna, inclusive, a mão à palmatória ao assessor jurídico, cujo pensamento coincidiu com o nosso. Então, ve jam que o Prefeito do Município de São Paulo usou este critério, e se não contentou todos os funcionários da municipalidade de São Pau- lo pelo menos procurou fazer justiça. No caso dos coletores de lixo irá pagar aos mesmos o adicional por insalubridade, coisa que os nossos funcionários que trabalham neste setor devem partir para uma reivindicação junto ao Prefeito. Em seguida, mencionamos o caso das merendeiras, as quais tiveram a diminuição de seu horário de traba- lho, com um aumento que consideramos irrisório. Achamos que não se- ria esta a solução, porque pelo número de horas que irão fazer have rá a necessidade de contratação de outras funcionárias, e consequen- temente a elevação de nossa folha de pagamento. Um pagamento mais justo para estas senhoras solucionaria este problema.

Com relação aos chefes de divisão, já temos um caso que indagarei dos vereadores do MDB, e que se refere a chefes de divi- são que se aposentaram na semana passada. Pergunto onde estariam in cluídos! Para o chefe de ~~da~~ divisão temos a mensagem do Chefe do Executivo com quatro faixas salariais, e com as diferenças de horas de trabalho.

Pergunto onde serão incluídas quarenta horas semanais, vinte horas, quatro horas semanais? Quanto receberão estes chefes de divisão de nosso município que acabam de aposentar-se? O projeto tem uma carga horária. Estes senhores estão aposentados, e onde é que serão incluídos? Por hora de trabalho? Como? De que maneira?

Com um cálculo supérfluo sabemos que a folha de pagamentos da Prefeitura está ao redor de um milhão e duzentos mil cruzeiros, fora os encargos sociais. Com os oitenta por cento de acréscimo do aumento a folha de pagamento irá para mais de dois milhões, sem os encargos sociais. Com os encargos sociais irá para três milhões de cruzeiros. O nosso orçamento é de cinquenta e seis milhões de cruzeiros. Restam então vinte e seis milhões para os encargos de obras. Nestes cinquenta e seis milhões temos a inclusão dos impostos, porque o grosso dos que irão colaborar estão praticamente isentos com a modificação do Código Tributário, mas temos também os fundos especiais que têm aplicação exata e não podem ser desviados. O ICM está na casa de um milhão e oitocentos mil cruzeiros, o que daria uma arrecadação de vinte milhões de cruzeiros. Isto praticamente será absorvido com o pagamento do funcionalismo. Quero que fique lavrado em ata isto: de acordo com os meus cálculos a partir de julho ou a Prefeitura se limita única e exclusivamente a pagar o seu funcionalismo, e para com as suas obras, ou haverá uma dispensa em massa. É humanamente impossível que o Prefeito faça as duas coisas. Estão aí os números, os dados não mentem. Verifiquem na contabilidade do Prefeito o ICM, o imposto será irrisório e o problema virá. Estamos aqui por descargade consciência. Não somos contra o aumento, queremos apenas justiça, mas infelizmente os nossos pedidos não têm guarida. Vários funcionários vieram à nossa procura e estão mal informados. Não vale o que "disse me disse," mas o que está escrito. Vejam o disparate deste aumento, e infelizmente quem pensávamos que seria beneficiado, o trabalhador braçal, é que virá a ser prejudicado, razão pela qual, antecipadamente, somos contrários à aprovação deste projeto.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. NELSON MANZANARES - Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra o nobre edil Nelson Manzanares.

O SR. NELSON MANZANARES - Sr. Presidente e nobres colegas, o que me traz a esta tribuna não foi tanto o assunto em tela, porque a discussão me parece que já foi exaurida pelas brilhantes palavras dos vereadores que me antecederam. Vim apenas para fazer duas observações, a primeira de ordem de uma pequena retificação nos dados apresentados pelo nobre colega Dércio Pasin: na verdade, uma folha de pagamento de dois milhões de cruzeiros mensais, sem os encargos sociais, passa a se transformar em três milhões e seiscentos mil, porque os encargos sociais são da ordem de oitenta por cento se computarmos fundo de garantia, INPS, férias, salário família e que tais. De forma que, não será de dois milhões para dois e meio, mas de dois para três e seiscentos mensais, neste exercício.

A outra observação que quero fazer, esta de fundo contestatório, é com respeito a um aparte tomado pelo nobre colega Aparecido, de que este vereador quando Prefeito teria dispensado oitenta funcionários. Ele se equivocou completamente: dispensei noventa e seis funcionários. Não foram oitenta, mas noventa e seis funcionários. Isto, porque estávamos numa situação em que o ICM tinha caído, e para pagar pouco era preferível dispensar. Todos aqueles que foram dispensados hoje me agradecem, porque encontraram trabalho fora em firmas, e nós mesmos procuramos colocá-los em organizações particulares. Hoje estão em situação muito privilegiada em relação a este grupo de infelizes que compõem o quadro dos chamados "pé de poeira" da Prefeitura. Os noventa e seis funcionários que foram dispensados por mil, e não oitenta como disse o nosso nobre colega Aparecido, estão ganhando muito mais do que dois mil e oitocentos por mês. Todos eles estão numa situação privilegiada em relação a este grupo mísero da categoria pública municipal do mais baixo nível do Estado de São Paulo, que é o grupo dos funcionários

chamados na gíria de "pé de poeira", do segundo escalão, que trabalham arduamente nas ruas e que não foram compensados por seu trabalho. Com esta folha de pagamento, se não houvesse um remanejamento, se não houvesse a intenção de privilegiar alguns herdeiros políticos, se não houvesse a intenção de melhorar o salários daqueles que não precisam de forma fabulosa, com este mesmo dinheiro poderia ser feita uma justiça social.

Na última sessão não pude comparecer por questão física, mas soube que a minha bancada votou contrariamente, aliás de acordo com a nossa intenção, e é o que vamos fazer hoje, com a intenção que temos de sermos justos. Com a folha de pagamento, tirando pouca coisa daqueles que vão ter cem por cento de aumento, poderia melhorar em alto estilo a vida daqueles pequenos funcionários. Vejo nesta Casa muitos funcionários que já foram pequenos e se esqueceram deste fato.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. APARECIDO CORRÊA DE CAMPOS - Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra o nobre edil Aparecido Corrêa de Campos.

O SR. APARECIDO CORRÊA DE CAMPOS - Sr. Presidente e nobres colegas, desnecessária seria voltar a esta tribuna para discutir o Projeto de Lei nº 1351/79, que dispõe sobre o aumento aos funcionários municipais. O que me traz a esta tribuna novamente para discutir o referido projeto são as ponderações dos nobres vereadores que me antecederam. Dizia um dos vereadores que me antecederam que os funcionários da Prefeitura vão ter um bom aumento, entendendo que a folha de pagamento ficará alta e que o grosso dos munícipes dos bairros de Criciúma vão ficar livres de impostos. Isto me deixa feliz porque escuto de um adversário, frase deste tipo, de que os funcionários terão um aumento bom e os munícipes não terão que pagar impostos.

Então, o que me parece é que os vereadores da bancada da ARENA estão, permitam-me dizer, perdidos na charneca. Diziam eles na época dos impostos tentando fazer nesta Casa um cavalo de batalha, tentando jogar os munícipes em cima da atual administração, mas o Sr. Prefeito, juntamente com a bancada do MDB, bem intencionado e tendo uma luzinha do alto, e hoje, graças a Deus, o povo está contente porque ao receber os seus impostos verão que não pagarão a metade daquilo que pagaram no ano passado. Daí o desespero da bancada da ARENA por ver que não terão mais oportunidade de vir a esta tribuna para discutir sobre o aumento dos impostos, já não terão mais a oportunidade de dizer que os chefes de divisão, que os funcionários, foram injustiçados no aumento do ano passado, e que hoje estão sendo beneficiados, mas que na oportunidade no ano passado votaram contra porque não tiveram o aumento que eles entendiam necessário.

O SR. ASSIS CREMA - Sobre o aumento do ano passado veja que os vereadores da ARENA são justos: achamos uma injustiça para com aqueles que perceberam apenas sete por cento de aumento. Pedimos que fosse pelo menos a quarenta por cento, e os Srs. deram apenas sete por cento. Por isto somos justos. Votamos contra porque uns tiveram oitenta por cento e outros seis por cento, sete por cento, e neste ano também somos contra porque enquanto uns têm duzentos por cento de aumento outros têm apenas vinte por cento.

Veja que há dois pesos e duas medidas.

O SR. APARECIDO CORRÊA DE CAMPOS - É lamentável que na época V. Exa. cite os sete por cento. Estes mesmos funcionários que no ano passado tiveram sete por cento hoje têm um aumento justo, e V. Exa. vem aqui e vota contra. V. Exa. nunca defendeu o povo. V. Exa. esteve no poder por doze anos. Devo dizer que sou funcionário desde 1969 e nunca vi um funcionário feliz, falar bem da Prefeitura. Agora, V. Exa. vem fazer demagogia.

O SR. ASSIS CREMA - Não estou fazendo demagogia. Os au

mentos devem ser justos.

O SR. APARECIDO CORRÊA DE CAMPOS - É lamentável que a bancada da ARENA quando faz uso desta tribuna o faça como bem o deseja, e a bancada do MDB, humildemente, se coloca em seu lugar, ouvindo as ponderações dos vereadores do MDB. Mas, quando o vereador do MDB assume a tribuna e começa a pisar de leve no calo dos vereadores da ARENA, aí eles se levantam e apelam para todos os meios, até mesmo infringindo o Regimento Interno desta Casa. V.Exa. sabem que um vereador deve ser comportar condignamente e só falar quando for concedido o aparte pelo orador. Isto é o que V.Exa. não está fazendo. É lamentável que um vereador com trinta anos nesta Casa...

O SR. ASSIS CREMA - Caieiras só tem vinte anos.

O SR. APARECIDO CORRÊA DE CAMPOS - Há vereador aqui que veio de Franco da Rocha. Então, o que a bancada da ARENA quer fazer é perturbar. Felizmente, não precisamos do voto da bancada da ARENA.

- Apartes anti-regimentais são dados. O Sr. Presidente faz soar a campanha.

O SR. PRESIDENTE - O nobre edil Aparecido Corrêa de Campos continua com a palavra.

O SR. APARECIDO CORRÊA DE CAMPOS - Portanto, votarei favoravelmente porque entendo que estamos, senão fazendo justiça, pelo menos tentando fazer.

O SR. ASSIS CREMA - Injustiça.

O SR. APARECIDO CORRÊA DE CAMPOS - Isto é o que V.Exa. diz. Há um ditado que diz: o segredo é a alma do negócio. Mas, o que estamos vendo que acontece com V.Exa. é que a hipocrisia, a men

tira deslavada é o que está prevalecendo nesta Casa. V. Exa. não aprendeu ainda a se comportar condignamente neste plenário. Eu ouvi V. Exa. atentamente, não só o vereador como a nossa distinta assistência que nos prestigia nesta noite, e pedi um aparte mas não para perturbar. Falei quando V. Exa. me concedeu o aparte. Fiquei no meu lugar. Mas, todo mundo está vendo como V. Exa. está conturbando. Este é o desespero de V. Exa.

Votarei favoravelmente ao projeto, e com relação às várias apreciações que o Prefeito tem com o horário dos diretores, recebemos hoje prazerosamente hoje o Presidente da Câmara Municipal de Franco da Rocha, que é da ARENA, funcionário desta Prefeitura, por sinal o nosso amigo, um moço equilibrado. Votando contra V. Exa. está votando contra o interesse deste moço, porque ele não pode permanecer mais horas na Prefeitura. Então, o Prefeito tem que ter várias opções para colaborar com os que colaboram conosco, não com mais horas, mas com menos horas.

Os vereadores devem votar favoravelmente.

O SR. JOAO HENRIQUE DE MACEDO MENDES - O nobre colega não explicou bem a nossa intenção. Fui à tribuna e disse que não era contra o aumento, tanto que pedi ao Sr. Presidente que colocasse em votação artigo por artigo.

O SR. APARECIDO CORRÊA DE CAMPOS - De fato V. Exa. só falta se retirar do plenário, porque V. Exa. é teleguiado. V. Exa. sabe que estamos tentando fazer justiça. V. Exa. tem notado e reconhecido que nem Deus, que foi justo, que ajudou todo mundo, conseguiu agradar a todos, tendo sido crucificado por querer fazer justiça.

O SR. ASSIS CREMA - V. Exa. me permite um aparte.

O SR. PRESIDENTE - Os apartes devem ser solicitados ao orador que ocupa a tribuna. Nesta condições, peço ao nobre edil Assis Crema que se atenha ao Regimento Interno, do qual S. Exa. é um perfeito conhecedor.

O SR. APARECIDO CORRÊA DE CAMPOS - Agradeço a V.Exa., Sr. Presidente, e gostaria que V.Exa. tomasse as medidas cabíveis, porque o que a gente vê é que alguns vereadores da BANCADA da ARENA tentando se prevalecer da inexperiência dos vereadores do ~~M~~MDB que assumem esta tribuna nesta legislatura, procuram fazer com que os vereadores do MDB se enervem.

O SR. NELSON MANZANARES - Falo apenas para fazer uma correção de um engano ocorrido no discurso de V.Exa.: quem foi crucificado não foi Deus, foi o filho dele, Jesus Cristo. É apenas uma corrigenda para que não fiquemos contradizendo a história.

O SR. APARECIDO CORRÊA DE CAMPOS - Agradeço a corrigenda. V.Exa. é um excelente advogado, um excelente professor, e tenho uma grande admiração por V.Exa. que também veio do nada. Pelo que consta V.Exa. foi funcionário até de um circo e hoje é um excelente advogado. Estou me esforçando para isto e agradeço a sua colaboração.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Continua em discussão.

O SR. ASSIS CREMA (Pela ordem) - Sr. Presidente, queria apenas ratificar o pedido do nobre colega Aparecido, inclusive pedindo até por amor de Deus para votar a favor, ~~porque~~ porque no salário dele haverá um aumento de oitenta e cinco e dezoito por cento a mais que S.Exa. vai perceber, e quando há a injustiça dos que vão perceber dezessete por cento. Era o que eu queria justificar, quando não foi permitido.

- O Sr. Mário Della Torre requer, e a Casa concede, suspensão da sessão por cinco minutos.

- É suspensa a sessão, sendo reaberta cinco minutos depois.

O SR. PRESIDENTE - Continua em discussão o Projeto de Lei nº 1351/79. (Pausa). Ninguém desejando fazer uso da palavra, está encerrada a discussão. Está em votação. Os Srs. vereadores que o aprovam, queiram permanecer como se encontram. (Pausa). Aprovado, contra os votos dos Srs. Nelson Manzanares, João Henrique de Macedo Mendes, Dércio Pasin e Assis Crema.

Srs. vereadores, não havendo mais matéria na Ordem do Dia, passaremos agora à Explicação Pessoal.

- Passa-se à

EXPLICAÇÃO PESSOAL

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra o nobre edil Dércio Pasin.

O SR. DÉRCIO PASIN - Sr. Presidente e nobres colegas, devo dizer que não sou o chamado "beija-flor", mas nos chega uma notícia recente de que um chevette acabou de despedaçar-se na Av. dos Estudantes, indo de encontro às guias que estão impedindo o trânsito.

Com relação ao assunto de impostos, que não pretendia voltar a veicular, mas que foi referido, devo dizer que a bancada da ARENA votou contrariamente à modificação do Código Tributário porque infelizmente os que tinham condições de pagar impostos com a aprovação do referido código ficarão sem pagá-los. Cito o meu caso particular: no ano passado paguei sete mil cruzeiros e neste ano pagarei no máximo um mil e quinhentos cruzeiros. Este não é o propósito da ARENA.

Queremos que todos paguem dentro das possibilidades de cada um. Vemos que o pessoal que tinha possibilidade de arcar com alguma coisa para os impostos está praticamente isento. Por isto,

Por isto, e este foi o nosso propósito, votamos contra o referido projeto, porque achamos que somente o pobre pagará e quem tem condições ficará praticamente isento de impostos.

Sr. Presidente, um outro assunto que me traz a esta tribuna é que domingo próximo passado assistimos ao programa "Fantástico", e tivemos primeiramente a felicidade de ver aquele cantor, Roberto Leal, ao fazer o lançamento de uma música gravar a mesma no Monjolinho, justamente naqueles fornos mais conhecidos por "macalés", um dos quais o meu saudoso avô foi um dos construtores.

Neste mesmo programa vimos um problema, que vem à baila em todos os periódicos, e que se refere à inflação. Vimos ali um absurdo, apanhado por um repórter, em que ele fazia uma pesquisa junto a donas de casa, junto a feirantes, e os acusados de inflacionar o nosso mercado eram justamente os atravessadores. Era citado o caso do mamão, vendido pelo produtor a dois cruzeiros o quilo, e o atravessador, justamente o beneficiado, revendia-o a seis cruzeiros o quilo, já acrescentando duzentos por cento, e o feirante naquele ato estava vendendo o mesmo mamão por dezesseis cruzeiros. Foram feitas várias indagações ao feirante e se chegou à pessoa do chamado atravessador, que publicamente foi ao vídeo e disse que no dia anterior havia jogado, veja o absurdo, havia jogado aproximadamente cento e vinte caixas de frutas fora porque não conseguira apanhar o preço desejado.

Vejam os Srs. o absurdo, pois enquanto há pessoas carentes, necessitadas, este atravessador se dá ao luxo de jogar cento e vinte caixas de frutas fora, calculadas naquele momento pelo repórter em setenta mil cruzeiros, por não ter alcançado o preço desejado.

Felizmente temos notícias de que o governo está tomando providências, e o atravessador que exorbitar será preso. Este japonês pego em flagrante pelas câmeras da TV Globo deveria ser um deles, porque confessou o seu preço publicamente, e confessou também que joga semanalmente no Rio Pinheiro, ou no Rio Tiete, semanalmente dezenas e dezenas de caixas de frutas por não alcançar

o preço desejado. Assim sendo, tivemos uma alegria, mas tivemos, consequentemente, uma tristeza porque a coisa está preta, e está preta para todos, e um comerciante ainda se dá ao luxo de publicamente fazer esta denúncia.

Achamos que os nossos governantes em razão deste apanha do da TV Globo devem agir, principalmente no CEASA, onde os atravessadores estão agindo.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra o nobre edil João Henrique de Macedo Mendes.

O SR. JOÃO HENRIQUE DE MACEDO MENDES - Sr. Presidente e nobres colegas, falarei ainda com relação ao trânsito. Falou-se aqui desta tribuna que o trânsito estaria otimamente como está, e vou provar o contrário. Na época da apresentação deste projeto na Casa, conseguimos convencer o Presidente da Casa e o então líder do MDB, que haveria a necessidade de proceder-se a estudos para, ao depois, implantar-se a reforma da Praça Santo Antônio.

O que deveria ter sido feito era esta experiência que se fez hoje, e não agora. Devia ser feito naquele período, e não agora. Como frisaram os nobres colegas Dércio Pasin e Nelson Manzanares, se não der certo vão derrubar tudo.

V.Exas. então percebem que a bancada da ARENA tem agido no sentido de construir e não de destruir.

Como já provamos, e quero esclarecer de público, este vereador nunca foi e nunca será contra, e sim a favor de projetos que beneficiem o nosso município.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Tem a palavra o orador seguinte, nobre edil Assis Crema.

O SR. ASSIS CREMA - Sr. Presidente e nobres colegas, só queria justificar quando V.Exa., Sr. Presidente, usou da palavra, quando pedi o aparte e por honra de sua Presidência foi-me negado.

Então, gostaria de justificar quando o Sr. disse sobre os ônibus que passam por Perus e trazem dali os alunos para a frente do colégio. Infelizmente, Sr. Presidente, não existe ônibus de Perus para Caieiras. Não ouvi resposta ainda do nobre colega Hugo Pereira da Silva, de uma indicação pedindo que o Sr. Prefeito intervenha naquela linha que vem pela Anhanguera, que vem até Laranjeiras, e chegue até o centro de nossa cidade. Infelizmente, Sr. Presidente, de Perus para Caieiras não há transporte a não ser de carro particular ou o trem. Os ônibus que seguem para São Paulo irão direto pela Estrada Velha, e os que vem pela Anhanguera param nas Laranjeiras e não chegam ao centro de Caieiras.

Era o que eu queria justificar no meu aparte.

Sr. Presidente, há tempos venho debatendo o trânsito na Praça Maestro de Assis Fernandes no Jardim São Francisco. O nobre colega Mário Della Torre ficou de me dar uma resposta, pois a solução ali é uma coisa simples. Infelizmente, desço de ônibus todos os dias e não vejo modificação nenhuma.

Pedi também ao nobre colega líder do MDB, Mário Della Torre, sobre a questão velório, cemitério, pois não temos condições em Caieiras de ter um velório. Pedi ao líder do Prefeito que interferisse junto ao Chefe do Executivo para resolver o problema do velório, pois estamos hoje usando o salão do sindicato como velório municipal. Muitas residências em Caieiras não têm condições de fazer o velório residencial. Então, o problema é resolvido pelo presidente do sindicato, e lá é feito o velório.

Este é um problema urgente e que requer rápida solução. Entenda o Sr. Prefeito da maneira mais necessária possível, resolva o problema do velório, pois Caieiras hoje não tem condições de ter o velório e está apelando para o sindicato. Providencie uma verba e mande-a para cá, e nós estamos prontos para aprová-la para

se fazer o velório municipal, para atender a este povo de Caieiras, pois, repito, muitas casas não têm condições de fazer o velório municipal.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

- Assume a Presidência a Sra. Ruth de Carvalho Dáto
ra.

A SRA. PRESIDENTE - Tem a palavra o nobre edil Carlos Gomes.

O SR. CARLOS GOMES - Sr. Presidente e nobres colegas, a minha passagem por esta tribuna é bastante rápida, apenas para deixar bem claro que o projeto de construção da praça, que o nobre colega João Henrique de Macedo Mendes disse que foi retirado por este vereador quando líder do MDB, devo refrescar a memória de S.Exa., pois o projeto de lei em tela entrou neste ano nesta Casa e foi aprovado no ato, sendo que, portanto, o líder era o nobre vereador Mário Della Torre.

Ainda com referência ao nobre par João Henrique de Macedo Mendes, que afirmou que dissemos que a bancada da ARENA só quer destruir, devo dizer a S.Exa. que eu não disse isto, pelo contrário, já fiz algumas ponderações a respeito do trabalho da oposição, trabalho que respeito, é um trabalho necessário e imprescindível para o bom andamento da própria situação, porque nenhuma situação poderá caminhar conscientemente e direito se não houver a oposição, se não ouvir a oposição.

A oposição é imprescindível para mostrar aquilo que está errado, porque se a situação quando da votação de projetos não ouvir a oposição vai cometer alguns erros e deverá em trabalho futuro fazer as corrigendas necessárias.

Por isto, é fundamental o trabalho da oposição, é um trabalho que respeito e jamais disse nesta tribuna que o trabalho da oposição nesta Casa é para destruir.

De outro lado, Sr. Presidente, devo dizer ao nobre colega Assis Crema que não neguei aparte a S.Exa. O meu tempo estava exaurido e não podia dispor do aparte, não podia ceder o aparte, pois apenas tive o beneplácito da Presidência e usei o tempo que não era meu.

Com relação ao problema de ônibus, o nobre colega Hugo Pereira da Silva está batalhando para que os ônibus de Perus venham até Caieiras. Discordo apenas do nobre colega Assis Crema quando S.Exa. diz que não há ônibus de Caieiras até Perus, porque parece-me que a Estrada Velha está dentro do terreno de Perus.

Com relação ao problema do Departamento de Estradas de Rodagem, é um problema que merece a atenção dos Srs. vereadores porque está havendo uma interferência do Estado em nosso município.

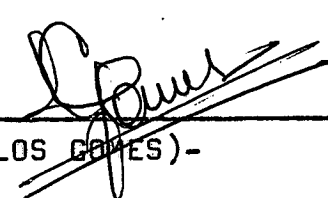
Relativamente à indicação que apresentamos hoje solicitando ao Sr. Prefeito providências urgentes no sentido de dotar Caieiras de uma faculdade, este é um anseio inclusive de municípios vizinhos, que pretendem trazer para a nossa cidade uma faculdade, e esta Presidência com o beneplácito dos Srs. vereadores, no exercício da Presidência, vai desenvolver todos os seus esforços no sentido de dotar Caieiras de uma faculdade. Este é o trabalho que pretendemos fazer, e vamos procurar dentro da medida do possível estudar esta possibilidade.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE - Não havendo mais oradores inscritos, nem nada mais a tratar, convoco os Srs. vereadores para a nossa próxima sessão, e declaro encerrada a presente reunião.

Câmara Municipal de Caieiras, em 10 de Abril de 1979.

PRESIDENTE: _____


-(CARLOS GOMES)-

1º SECRETÁRIO: _____

-(APARECIDO CORRÊA CAMPOS)-

2º SECRETÁRIO: _____

-(NÉVIO LUIZ ARANHA DÁRTORA)-